

Milton Santos, uma biografia

Milton Santos, uma biografia

(percurso em construção)

Fernando Conceição

Edição do Autor
2016

Sumário

I - A grandiosidade do entendimento.....	07
II - Milton ou Nilton, cada qual no seu quadrado.....	51
III - Os Santos nas terras dos coronéis.....	63
IV - No covil das facções e dos saberes	77
V - Geografia, uma escolha para a vida	91
VI - Do auge à cadeia	103
VII - Um punhal pendente no ar	119
VIII - Longa vida a esse terremoto	135
Agradecimentos	143
Fotos	145

I

A grandiosidade do entendimento

Uma das tautologias do discurso hegemônico sobre a globalização é a tese de uma suposta queda de barreiras nacionais. Seria isso verdadeiro no contexto específico da circulação das ideias?

Há mesmo a possibilidade de um intelectual, de posições ideológicas francamente críticas à fabula da globalização como um processo portador do bem-estar social, a partir de um país pós-colonial do hemisfério sul do planeta, se fazer ouvir nos “think-tanks” de países localizados no hemisfério norte?

Ou no Japão, que nas décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial se tornou paradigma de avanço e desenvolvimento tecnológico para o mundo?

Em seu tempo Milton Santos, filho de pais professores e neto de escravos, teve de enfrentar a cruel ideologia do racismo no Brasil. Nesse país latino-americano onde o sistema de escravidão somente foi abolido em 1888, com população total no início do século XXI estimada em mais de 50% de afrodescendentes de pele escura, a ideologia do racismo tem provocado danos na mentalidade de toda a sociedade.

Até hoje repercute negativamente a herança do escravismo no Brasil. Os diferentes índices e dados socioeconômicos, produzidos por organismos oficiais ou instituições independentes, comprovam. Ascender

socialmente e obter prestígio intelectual ainda agora é fato raro para um neto de escravos no Brasil.

A originalidade e importância de Milton Santos na vida intelectual brasileira são incomuns. Suas ideias merecem ser estudadas e a história de sua vida e trajetória conhecida. É com o que o presente livro pretende colaborar.

Por catorze anos (1964-1977), Milton Santos foi obrigado a viver fora do Brasil em países da Europa, da África, da América do Sul e América do Norte, em razão de suas ideias.

Ele foi um exilado político da ditadura militar que controlou o Brasil de 1964 a 1985. Ele se tornou indesejável para os círculos de poder – tanto político quanto nas esferas intelectuais adesistas.

Como homem de pensamento, no exílio ele produziu ideias sobre política e sobre as relações econômicas, dando especial atenção às novas técnicas e tecnologias de informação. A influência dessas conquistas humanas no uso que se faz do tempo e do espaço territoriais.

Seu entendimento da Geografia como ciência que fornece elementos para o entendimento do controle, organização e desorganização do território – o que se traduz em poder – fez com que construísse uma obra notável nesta área, renovando essa disciplina e tornando-a ferramenta para a compreensão da totalidade política.

Este livro é parte de um projeto de pesquisa iniciado em 2007 e ainda em andamento.

No ambiente latino-americano, principalmente no Brasil, Milton Santos foi um estudioso pioneiro na temática da globalização como um processo resultante de interesses ideológicos, com forte conotação financeira.

Pelo menos desde os primeiros anos da década de 1970, quando era professor visitante na Universidade Columbia, em Nova York, ele se torna um dos mais severos críticos não exatamente da globalização, mas da forma como essa globalização é posta a serviço do interesse econômico de um pequeno grupo de “atores mundiais” – em suas palavras.

Um pequeno grupo de empresas, em seu autobenefício, tenta se apropriar do conhecimento científico, técnico e tecnológico da humanidade – provocando isso que se denomina crise social, que agora é estrutural e permanente. Milton Santos nomeia esse processo de “globalitarismo”. Um totalitarismo globalizante, que quer impor um único modo de pensar a vida. Social e ecologicamente destrutivo.

Ele foi um intelectual multidisciplinar, que dedicou especial atenção à importância da comunicação – a mídia das empresas. Atuou na imprensa nacional, como articulista de importantes jornais como Folha de S. Paulo, até às vésperas de sua morte em junho de 2001.

Foi jornalista profissional na Bahia. Antes do golpe militar de 1964, era diretor da Imprensa Oficial do Estado e editorialista do mais importante jornal baiano. Fundou pequenos jornais na juventude. E por jamais ter deixado de produzir artigos para jornais em toda a sua vida, Milton Santos tinha uma visão aguçada da importância da comunicação no debate das ideias e na difusão ou controle do pensamento.

MS mantinha-se atento à função das novas e modernas tecnologias da informação. Seu interesse não era apenas teórico, mas também prático porque mesmo exercendo a docência depois de concluído o seu curso de Direito na Bahia, sempre atuou na mídia.

Porém, a profissão que abraçou pela vida foi a de professor. Sem jamais atuar como advogado ou coisa semelhante, quis ser geógrafo. E ensinar geografia.

Como seus pais na Bahia de outrora, viveu, ou melhor, sobreviveu dando aulas, lendo e pesquisando muito, tirando daí o seu sustento e o sustento de sua família. Não apenas no Estado de nascença, mas pelo mundo. Voluntária e compulsoriamente. Mais compulsoriamente que como voluntário.

Similarmente a todos os professores que vêem na docência uma vocação incontornável, não acumulou riquezas materiais. Porém, intelectualmente foi imbatível.

Para ele, uma das características do período atual da globalização é que as novas técnicas e tecnologias da informação resultam no aceleração do tempo. O mundo das finanças e o mundo da informação são estruturas que se complementam entre si. Muitas empresas antes produtoras de materiais para o consumo ordinário, elas próprias ou tutelam ou se fazem proprietárias também de empresas de comunicação.

As mesmas técnicas e tecnologias da informação que possibilitam uma maior cognição do planeta, na aceleração do tempo e na confluência dos espaços – mesmo que virtuais –, buscam dessa forma produzir um discurso que já não se contenta em ser hegemônico. Quer ser único, enfatize-se.

É forte a influência das ideias de Milton Santos sobre diversas organizações de mobilização social no Brasil e outros países latino-americanos. Por exemplo,

junto aos mentores do Fórum Social Mundial, instância que se contrapõe ao ideário do World Economic Fórum que anualmente arma a sua tenda em Davos, Suíça.

Como é possível colocar o conhecimento científico a serviço da maioria do povo? É possível? Como é possível construir um mundo melhor, com a emergência dos mais pobres (incluindo os territórios) hoje excluídos das conquistas científicas mesmo as aparentemente mais banais, como acesso a medicamentos anti-epidemiológicos, por exemplo?

É isso possível sem a perda da liberdade e dentro da democracia liberal? Qual a função dos intelectuais de países pós-coloniais, como o Brasil, perante os desafios postos pela complexidade da realidade do mundo contemporâneo?

Milton Santos escreveu mais de 40 livros e várias centenas de artigos refletindo tais problemáticas. Quando morreu tinha obtido o reconhecimento de várias instituições.

Em 1994 ganhou na França o prestigioso Prêmio Vautrin Lud, espécie de “Nobel da Geografia” – pela primeira vez atribuído a um intelectual do hemisfério sul do planeta. Latino-americano. Brasileiro. O próprio “Jornal Nacional”, da famigerada Rede Globo de Televisão, teve de dar a notícia ao vivo. Embora contidamente. Sem a contextualização ou maiores detalhes, falhas que mais MS criticava na superficialidade do noticiário destinado às massas.

A influência de suas idéias permanece forte no Brasil em movimentos sociais como o MST - Movimento dos Sem-Terra, que até em escolas em seu nome lhe rende homenagens. Mas também, depois de reconhecido lá fora no mundo estrangeiro, a própria universidade brasileira que por tanto tempo evitou discutir seu pensamento, às vésperas e na sequência de sua morte resolveu colocá-lo em pedestais. Assim exposto, é personagem fácil aos ataques de detratores – e não está mais aqui para defender-se.

Seu legado e sua memória merecem ser analisados, discutidos, remexidos, revirados. Para deles concordar ou divergir. Exatamente como MS, enquanto homem de ideias, gostaria que fosse.

*

Este livro sobre a vida de Milton Santos deve ser lido como se em construção. Como de fato está. Depois de sua morte em 2001, outros com

temática próxima foram publicados. E continuarão a ser escritos e reescritos, na medida da riqueza do personagem que pretendem retratar.

A diferença é que este livro biográfico foi pelo próprio autorizado. Pesquisador na Universidade de São Paulo, na qual Milton Santos era então professor titular, com ele tivemos o primeiro contato pessoal em 1994. Foi quando o convidamos para falar a estudantes que se preparavam para a disputa às vagas de acesso à universidade.

Ele ainda não era um *popstar* acadêmico, pejorativa ou positivamente falando. Coisa que somente viria a se tornar depois de 1994, ao receber na França o Prêmio Vautrin Lud, anunciado internacionalmente como o Prêmio Nobel da Geografia. Mas já era um intelectual respeitado, presente nos debates e conferências de repercussão fora e dentro da mais importante – em termos de produção científica – universidade da América Latina.

No que concernia ao Núcleo de Consciência Negra na USP (NCN), uma entidade autônoma de alunos e técnicos da USP, àquela altura em luta por ser reconhecido como interlocutor no debate sobre a necessidade de aumentar a presença de estudantes e professores negros na estrutura universitária, Milton Santos era já um símbolo dos nossos propósitos.

Como um dos raros, raríssimos, docentes de pele negra e de sobrenome Santos no conjunto de mais de seis mil docentes uspianos, intentamos convencê-lo a se aliar ao Núcleo. Para convidá-lo, marcamos antecipadamente com uma assistente no Departamento de Geografia da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). No dia aprazado, fomos em grupo de três ou quatro membros.

Recebeu-nos em seu gabinete. Sem formalismos. Escancarando sorrisos. Explicamos qual era a nossa proposta ao criarmos, no início daquele ano, um cursinho preparatório gratuito para candidatos de famílias de baixa renda de São Paulo disputarem o vestibular.

Ponderando sobre isso ou aquilo no discurso que elaboramos com antecedência, com ênfase na clivagem racial, ele polidamente recusou filiar-se ao Núcleo, como gostaríamos. Mas disse que podíamos contar com ele no que lhe fosse possível fazer. Aceitou, de antemão, realizar a aula-conferência aos nossos vestibulandos.

Encerrada a reunião, decidiu acompanhar os visitantes até o movimentado pátio que une as duas alas do prédio de Geografia e História da USP. Quis garantir se estava mesmo com um conterrâneo seu, da velha Bahia que ele mencionava com tanto carinho.

Descemos a rampa, MS simpaticamente segurando com a mão um dos braços do contrerrâneo, que argumentou não poder negar ser baiano por conta do sotaque ao falar. Talvez por entender o argumento como uma espécie de desculpa, ele então foi enfático. O sotaque é uma rica marca de identidade. Jamais queira perdê-lo.

Quando, na tarde de um sábado seguinte, compareceu ao barracão meses antes ocupado à revelia no campus da Cidade Universitária pelo NCN, passou um pito nos pré-vestibulandos que mantinham conversações paralelas à aula que ministrava. Se na vida querem ser alguma coisa útil, tenham reverência à educação.

Daqueles primeiros contatos, nossa relação se espalhou para uma quase-amizade. Mantidos a distância reverencial obrigada pela diferença de idade e o cuidado de um aprendiz para com um mestre.

Em 1993 estava um período em Salvador pela necessidade de realizar pesquisas de campo. Eu que, por conta do ingresso na pós-graduação, havia transferido residência para São Paulo dois anos antes. Aproveitei para organizar um seminário em torno de poder e questões raciais, convidando para uma das mesas o então Secretário da Fazenda (Sefaz) do município – o economista e professor da Universidade Federal da Bahia, Milton Santos Filho.

O primogênito do geógrafo, casado com a também professora da Faculdade de Arquitetura da mesma universidade, Ana Fernandes, natural do interior paulista, compareceu e fez parte de uma das mesas de discussões. O evento foi realizado na sede do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) localizada no bairro do Garcia, proximidades do Teatro Castro Alves (TCA), no Campo Grande. Até então não o conhecia.

Miltinho tinha feito uma brilhante carreira acadêmica – por méritos próprios, nunca à sombra do pai, a maior parte do tempo um nômade forçado. Seja no movimento estudantil, associado a grupos da esquerda trotskista posta na clandestinidade pelos militares pós-1968, seja como professor na Faculdade de Economia da UFBA. Na militância estudantil conheceu Ana Fernandes, e os dois passaram a viver juntos desde os estudos pós-graduandos na Paris da virada das décadas de ‘70 para ‘80.

Parece que, juntos, se divertiram bastante àquela época. Depois que o casal se instalou em Salvador, em apartamento voltado para o mar na região do Corredor da Vitória, tiveram dois filhos: Nina Santos e Alei Santos, os únicos netos do geógrafo enquanto vivo. Há, nos arquivos dos serviços de

espionagem e informação da ditadura militar, uma série de documentos que registram a participação de Miltinho em atividades apontadas como “subversivas” – reuniões, seminários, conferências de opositoristas e de reorganização da UNE - União Nacional dos Estudantes.

Naquela noite no Ceao, vestido em terno e gravata, sentou-se ao centro da mesa. Provocado, passou a falar. Disse que até ali pouca oportunidade tivera de falar para uma plateia qualificada sobre questões raciais. Cuidava ultimamente das combalidas finanças municipais que, pela fadiga demonstrada na voz, o estava exaurindo. Mas poderia contar um fato que o despertou, ainda no início da adolescência, para sua identidade negra.

Disse que, por conta própria, sem o auxílio da mãe ou do pai, foi forçado a compreender sua condição racial. Na escola, um dia um colega, no recreio, atirou uma pedra em sua cabeça. Sangrou. Doeu. E, acrescentou Milton Santos Filho ao lado de outros palestrantes da mesa, como o presidente do bloco afro Olodum, João Jorge Santos Rodrigues, o que doeu mais foram as palavras que se seguiram à pedrada: Você é preto!

A pedrada na cabeça, com o tom acusatório das palavras que acompanharam a agressão física, teve o efeito de abrir – literalmente – sua mente. Era um negro. Numa sociedade racista, que abate negros. Mas graças às oportunidades de educação oferecidas pelos pais pode se qualificar e alcançar espaços de prestígio, como o de ser professor universitário e agora secretário municipal.

Este Milton Santos Filho, que os amigos chamavam de Miltinho, seria um dos agraciados em 1996 com o “Troféu Clementina de Jesus”, concedido pela União de Negros pela Igualdade (Unegro), um grupo do movimento negro ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A cerimônia de entrega era, em si, um evento cultural – com shows de artistas vários –, realizado na sala principal do maior teatro do Estado, o Castro Alves, administrado pelo governo estadual. Era a noite de 18 de julho.

Todos os que podiam comparecer, compareciam. Inclusive este autor. Assistíamos o desfilar de homenageados chamados ao palco, receberem seu troféu, fazerem seu discurso em agradecimento e serem aplaudidos. Isso entremeado por apresentações de dança e música.

Lá pelas tantas os mestres de cerimônia anunciaram o nome do ex-secretário da Fazenda de Salvador. As luzes se acenderam na plateia e Milton Santos Filho levantou-se de sua poltrona no meio da gente e dirigiu-se aos degraus para

subir ao palco. Na metade da pequena escada, desequilibrou-se. Seu corpo se projetou no ar, estatelando-se no chão.

Ouviu-se sufocados oooooohhhhs!... e oooooohhhhs!..., que duraram poucos segundos. Pessoas correram rápido e, apoiando nos braços dele, ergueram-no. Tudo se passou de forma veloz. Milton Santos Filho se perfilou, firmou-se e começou a subir os degraus.

Quando chegou firme lá em cima, a plateia não simplesmente o aplaudiu. Ele foi ovacionado, de pé. Recebeu o troféu, se dirigiu ao microfone e fez um breve, brevíssimo agradecimento, regressando ao seu lugar entre as poltronas embaixo. Era visível que estava debilitado. O alcoolismo corroía suas entranhas.

Seu colega de gabinete Domingos Leonelli, o mais influente e poderoso assessor da então prefeita de Salvador, Lídice da Mata (1993-1996), no acúmulo de funções como secretário das Comunicações e secretário sem pasta da Casa Civil, manobrou e obteve para um seu aliado a cobiçada Secretaria da Fazenda, afastando Milton do seu caminho.

A 12 de abril de 1994 Lídice assinou um ato de exoneração “a pedido”, demitindo Milton da Sefaz. Como uma espécie de consolação ao fiel amigo, que havia tentado melhorar as finanças municipais com uma série de medidas racionais de contenção de custos, aumento da arrecadação e controle de evasões e inadimplências, ela lhe “presenteou” com o decorativo cargo de “secretário extraordinário de desenvolvimento econômico”. De onde foi novamente exonerado “a pedido” antes de cinco meses, a 6 de setembro do mesmo ano.

Com complicações na saúde agravadas pela bebida, em 6 de agosto de 1996, quinze dias depois de receber aquele troféu no TCA, Milton Santos Filho morria, aos 40 anos (completaria 41 em novembro). De São Paulo, remeti por fax um artigo ao jornal *A Tarde* intitulado “Milton Santos Filho e a queda”, no qual mencionava o episódio ocorrido na entrega do troféu no TCA. Foi publicado, reduzido o título pelo editor responsável, que cortou o complemento “e a queda”.

Depois, numa das nossas conversas, o pai agradeceu-me pelo que escrevi do filho morto. Mencionou que no velório, quando Domingos Leonelli se dirigiu a ele para manifestar os pêsames, virou-se, recusou cumprimentá-lo: um patife que agiu na “fritura” política de Milton na Prefeitura de Salvador. Isso o havia abalado bastante, o pai percebia nos telefonemas de São Paulo dados ao filho.

O publicitário Domingos Leonelli Netto era àquele tempo figura relativamente conhecida no cenário político nacional. Havia sido membro da Câmara dos Deputados em Brasília em vários mandatos, destacando-se durante a luta para a reconquista do direito ao povo brasileiro votar na escolha do seu presidente da República – a famosa campanha pelas Diretas-Já, que empolgou o país nos anos 1983-84.

Membro histórico do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição à ditadura militar instalada em 1964, liderou na Bahia a organização do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), com o racha do PMDB em 1988. Atraiu para esse projeto lideranças como Lídice da Mata.

Lídice conheceu Miltoninho nos tempos de militância estudantil, década de 70, quando ambos eram de facções radicalizadas da esquerda de combate à ditadura. Ambos foram contemporâneos no curso de Economia da UFBA.

Enquanto Miltoninho decidiu-se pela carreira acadêmica, ela mergulhou na militância, sendo eleita sucessivamente presidente do Diretório Central dos Estudantes, em 1980, vereadora da capital a partir de 1982 e depois deputada federal. Essa sua trajetória sempre se deu dentro do PCdoB, apesar de a legalização desse partido se dar apenas em 1985, com o fim da ditadura.

Lídice acompanhou Leonelli na montagem do PSDB, partido que a elegeu a prefeitura de Salvador em 1993 – primeira mulher a assumir o posto na história da primeira capital do país. Por ter sido o co-artífice da vitória, na montagem do governo Lídice cedeu a Leonelli poderes próximos a de uma eminência parda da própria eleita. A ponto de circular na imprensa que os dois teriam se tornado amantes – especulação não negada por um ou por outro.

Em resposta a pergunta direta feita a ela por este escrevinhador em entrevista ao jornal *Província da Bahia* em dezembro de 1996, quando se preparava para entregar o cargo ao sucessor que lhe impusera derrota eleitoral, Lídice acusou ser a notícia fruto das maquinações e intrigas do então governador Antônio Carlos Magalhães, do direitista PFL (Partido da Frente Liberal). Contudo, fustigada, recusou-se a afirmar ser verdade ou não, alegando razões de foro íntimo, particular, sem interesse social.

*

A aproximação cuidadosa com Milton Santos fez com que ousasse convidá-lo para – e ele aceitou de pronto – compor a banca de avaliação da dissertação de mestrado submetida em 15 de abril de 1996 à ECA – Escola de Comunicações e Artes da USP.

Pode parecer estranho um geógrafo participar do julgamento de um texto acadêmico sobre jornalismo e relações raciais. Contudo, adequava-se prontamente à banca. O jornalismo sempre foi uma das suas fixações. Escreveu em jornais desde a adolescência secundarista e nunca mais parou. Além do que, por anos a fio foi articulista e depois um dos editorialistas do impresso escrutinado naquele projeto de pesquisa, o jornal *A Tarde*, de Salvador.

Os demais membros da banca, pessoas convidadas e curiosos já se encontravam na sala onde se daria a avaliação, no começo da tarde. Aguardava-se por Milton Santos. Então sugeri aguardá-lo do lado de fora da portaria da ECA. Por decisão administrativa, àquele tempo a USP iniciava um sistema de controle, por catracas, de acesso ao interior de seus prédios, monitorado por agentes de segurança terceirizados.

Milton Santos chegou e fui a seu encontro ali fora. Desculpava-se pelo pequeno atraso. Estava em mangas curtas de camisa, vestido de forma simples e frugal – diferentemente da imagem que melhor cultivava em eventos formais. Notei que suava bastante, tendo a blusa quase ensopada.

Caminhamos rumo à entrada. Na catraca, fui à frente e essa foi liberada pelo vigilante. Atrás de mim, ao tentar passar Milton Santos foi barrado. O segurança da ECA travou a catraca, saiu do seu lugar e, diante do geógrafo barrado, parado pelo obstáculo mecânico, pediu que se identificasse. Constrangido, expliquei de quem se tratava e porque estava ali. Normas da casa, teria respondido o rapaz fardado, estranhos precisam se identificar.

Sem demonstrar qualquer perplexidade, em silêncio e com um sorriso – sarcasmo? ironia? – o convidado retirou do bolso um documento e mostrou ao guardião. A catraca foi liberada, subimos à sala no primeiro andar, chamei as professoras Solange Martins Couceiro e Maria Immacolata Vassalo Lopes, narrando-lhes, estupefato, o episódio.

Imediatamente iniciou-se um movimento de contorno da situação. Instantes a seguir, antes de a banca ser formada, o diretor em pessoa da ECA estava na sala para, formalmente, em nome da escola, pedir desculpas ao professor convidado. Milton Santos parecia não ter valorado a atitude do segurança, expressando que tudo fora um mal-entendido sem maiores conseqüências. Desse momento em diante, o ritual de defesa da dissertação de mestrado transcorreu normalmente.

Talvez a colaboradora mais importante de Milton Santos em São Paulo tenha sido a sua colega de Departamento de Geografia Maria Adelia Aparecida

de Souza. Foi quem, de fato, mais trabalhou para dar a ele o emprego de professor titular da USP. Depois da participação dele na banca que deu a este autor o título de Mestre em Ciências da Comunicação, Maria Adelia contatou-me para saber se eu aceitava fazer parte de uma mesa-redonda da programação de um encontro internacional, sob seu comando, a ser realizado no Brasil dali a cinco meses, em outubro.

Tratava-se de uma grande, prestigiosa homenagem a Milton Santos, que completava 70 anos de idade naquele maio. A idade na qual, pela legislação vigente, todo e qualquer funcionário público era compulsoriamente aposentado. De toda parte do planeta, geógrafos e acadêmicos de áreas próximas foram mobilizados por Maria Adelia, com sua equipe de colaboradores, a vir por uma semana à Cidade Universitária no Butantã participar do encontro denominado “Milton Santos: O Mundo do Cidadão, Um Cidadão do Mundo”.

Os amigos buscavam, assim, cercar de estima e carinho o pai que acabara de perder seu primogênito nas circunstâncias descritas. Mais: um reduzíssimo número desses amigos, entre os quais certamente Maria Adelia e outra das discípulas empedernidas do mestre, professora Maria Auxiliadora da Silva, do Departamento de Geografia da UFBA, fora alertado sobre recente diagnóstico do câncer prostático. Guardado em discrição, cinco anos mais tarde cobraria a vida do intelectual por elas idolatrado.

Até ali, nos preparativos do encontro internacional que reuniria ao redor dele centenas e centenas de participantes, curiosos e fãs, o que eu sabia de sua doença era absolutamente nada. Empenhei-me em tentar emplacar no suplemento dominical de debates intelectuais do jornal *Folha de S. Paulo*, o “Mais!”, uma entrevista ping-pong que tive a ideia de propor.

Milton Santos me recebeu em casa, um apartamento de dois dormitórios, um, seu estúdio, sala e cozinha em condomínio localizado na Rua Nazaré Paulista, Alto de Pinheiros. O endereço, zona de classe média da capital paulistana, tem dois blocos. Com sua mulher, Marie-Hélène Tiercelin dos Santos, francesa de Bordeaux, a segunda com quem casara, viveu ali o resto da vida. Foi ela que providenciou servir suco, água e alguns biscoitos ao entrevistador.

Com o gravador ligado, conversamos durante toda uma tarde, sem pressa. E, antes de encerrar este primeiro longo encontro, nasceu a ideia. Perguntei-lhe: Que tal escrever sua biografia? Muitos já tentaram, ele respondeu, até mesmo agora uma pesquisadora aqui em São Paulo me

disse que o faria. Mas tudo não passou de tentativas. Se você conseguir, será o primeiro.

Então guardei aquele compromisso.

No dia seguinte degravei e transcrevi a entrevista. Remeti via fax, como colaboração *free-lance*, a Alcino Leite Neto, editor do “Mais!”. Sugeri, pelo peso da personagem e pela importância de ser feita com um “Nobel” da Geografia, que a entrevista ancorasse a edição do suplemento dominical da Folha, como principal matéria. Depois de ler o texto, o editor me fez saber estar de acordo.

Para minha surpresa, porém, a capa do caderno “Mais!” de 13 de outubro de 1996 destacou Fernando Henrique Cardoso, que era presidente da República. Concedera uma entrevista exclusiva na semana a Vinicius Torres Freire, recém-correspondente da Folha em Paris. Incorporando outros artigos e matérias de apoio, o jornal decidiu dedicar aquela edição a um especial sobre o chefe do executivo nacional. Em espaço menor, fez uma chamada de capa para a entrevista com Milton Santos.

Ou seja: os dois sujeitos, cujas divergências intelectuais se mostrariam irreconciliáveis – porém um tornara-se a principal figura da política brasileira naqueles tempos e o outro tinha sua importância na fidelidade ao pensamento crítico – coincidentemente disputavam o espaço prestigioso daquele jornal.

Alcino depois justificou-me a escolha pelo peso editorial de uma e outra entrevista, ambas inéditas, mas que pendia mais para o presidente da República. Eis o material sobre Milton Santos, editorializado com as falhas inerentes, conforme publicado pelo “Mais!”:

A REINVENÇÃO DA CIDADANIA

Fernando Conceição

Especial para a Folha

Aos 70 anos, completados em maio, o geógrafo e professor da USP Milton Almeida dos Santos é o centro de uma rara homenagem acadêmica no Brasil, país que tradicionalmente não cultiva o hábito de reconhecer quem trabalha, como ele mesmo diz.

Durante o evento, três livros estarão sendo lançados, um do próprio Milton Santos, “A Natureza do Espaço - Técnica e

Tempo, Razão e Emoção”, e dois outros em sua homenagem, todos editados pela Hucitec.

Milton Santos é, hoje, um dos intelectuais brasileiros mais respeitados em todo o mundo. Com 55 anos de magistério, esse baiano da região da Chapada Diamantina, nascido em Brotas de Macaúbas, iniciou sua atividade intelectual aos 15 anos, lecionando no mesmo colégio interno em que foi aluno por dez anos, o Instituto Bahiano de Ensino, em Salvador.

Cursou a faculdade de direito por uma questão de prestígio, “porque minha família decidiu que devia me educar para ser um dos homens de mando”, conta. Seus pais eram professores primários em cidades do interior. Sua avó, verdureira. “Até hoje, o cheiro de salsa me faz lembrar de minha avó, que me visitava no internato, pé no chão, com o balaio, depois que acabava de vender.”

Com o movimento militar de 64, Milton Santos ficou preso por 90 dias num quartel do Exército em Salvador. À época, era secretário de Estado e responsável pela redação dos principais discursos do governador, Lomanto Júnior. Presidia a Comissão de Planejamento Econômico da Bahia e, com uma equipe de técnicos, tinha “algumas propostas correspondentes à nossa posição de homens de boa vontade”, como a criação de um imposto sobre a fortuna.

Ao sofrer um pré-infarto e um derrame facial, Santos saiu da prisão para um hospital. A convite de colegas franceses, no Natal de 1964 deixou a Bahia direto para a França. No exílio peregrinou por vários países na Europa, África, América do Norte e América Latina.

Aos 50 anos, quando resolveu retornar ao Brasil, teve como justificativa o nascimento do seu segundo filho. “Só mesmo um baiano para querer trocar a Europa ou os Estados Unidos para ter filho na Bahia”, teria dito a ele Fernando Henrique Cardoso, quando soube de sua decisão em Paris.

Depois da morte em agosto passado de seu primogênito, que também era professor da Universidade Federal da Bahia, cancelou diversos compromissos pelo mundo.

Leia a seguir trechos de sua entrevista à Folha, no apartamento em Alto de Pinheiros, zona oeste de São Paulo, onde mora com sua segunda mulher, Marie-Hélène, que conheceu há 29 anos.

*

Folha - Um dos temas a ser abordado nesse encontro internacional sobre a sua obra é a globalização e o espaço do cidadão. Qual é o espaço do cidadão num mundo que se diz globalizado e de que tipo de cidadão se está falando?

Milton Santos - A vontade dessa globalização perversa a que estamos assistindo é reduzir o papel do cidadão. É transformar todo mundo em consumidor, usuário e, se possível, em coisa, para mais facilmente se inclinar diante de soluções anti-humanas.

Essa globalização por enquanto não leva em conta o homem. De modo que esse espaço do cidadão tem que ser recriado a partir dos níveis abaixo do mundo. Não é o mundo que vai criar o cidadão. O chamado mundo quer acabar com as cidadanias, mas cada nação e cada espaço e cada cidade é que vão ter a força de recriar esse cidadão – que vai contribuir, creio eu, mais tarde, para sugerir uma outra globalização.

Eu acho que essa é a nossa tarefa no começo do século 21, porque, de repente, o atual século parece perdido. É a recriação da cidadania mediante uma outra globalização, horizontalizada e não verticalizada como a atual, na qual a vida não seja tributária do cálculo, mas haja espaço para a emoção – que é o que une os homens. Mas essa união dos homens do mundo inteiro passa pela produção de uma idéia de mundo feita em cada lugar.

Folha - Um mundo desse tipo não permitiria o surgimento de disputas de grupos cada vez menores, os acirramentos étnicos, aquilo que Hobsbawm apontava como guerras tribais, com o fim da bipolaridade Leste-Oeste?

Santos - Temos de ver isso dinamicamente. Nunca houve uma mistura de gente tão grande como a que se dá hoje não nos países, mas nas cidades. A cidade obriga todo mundo a viver junto, por conseguinte, a discutir todos os dias o seu futuro.

Então, a visão pessimista imagina que vai haver guerra. A outra visão, que não é pessimista nem é otimista, que é a visão dos fatos como eles se dão, mostra essa produção de uma efervescência extremamente grande em todas as cidades do mundo – Nova York, Paris, Londres, São Paulo e também Lagos ou Abidjã, que são lugares da criação do outro mundo a partir da presença comum, conjunta, de gente que vem de toda a parte. Isso é um sinal de esperança.

É evidente que o pensamento europeu é muito arredo à idéia de futuro. Os europeus têm enorme dificuldade de trabalhar com o futuro, e é nisso que os povos do Sul vão ajudar a recriar o mundo. Não somos povos lentos, somos aparentemente lentos, porque não dispomos da técnica, mas na realidade esse dinamismo do ponto de vista emocional que existe no Sul é a garantia da produção do futuro.

Folha - O sr. poderia fazer uma síntese do seu pensamento sobre a inserção do Brasil no mundo e a influência do mundo no Brasil? Além disso, o que diferenciaria a sua posição da do governo de Fernando Henrique Cardoso?

Santos - De início, a minha posição é muito próxima da de Celso Furtado. A chamada modernização não é algo apenas unilateral. O mundo descobre coisas novas, vem fazendo isso há séculos, descoberta incessante, que se acelerou com a expansão da ciência e da técnica. Mas cada país, em função do que ele pensa ser o seu destino nacional, toma o que quer desses da modernização correspondente àquele época.

É a primeira vez que alguns países, entre os quais o Brasil, decidem se alienar completamente da condução do seu próprio destino. Historicamente, nunca um país decidiu fazer, de maneira tão aberta e escancarada, a alienação à condução do seu próprio destino. Nenhum país aceita esse tipo de atrelamento a uma condução externa. Sobretudo quando ninguém sabe exatamente, como é o nosso caso hoje, o que significa tal mercado global, o que significa competitividade. São palavras extremamente fortes, porque repetidas muito barulhentosamente pelas mídias, mas que não têm um conteúdo. Esse processo de entrega total, de recusa a ter um destino nacional passou a ser algo tão grosseiramente imposto aos

países, que todas as pessoas que não pensam igual teriam que ser suprimidas.

Folha - O sr. acha que o presidente Fernando Henrique tem “alienado” o Brasil a esses interesses?

Santos - Não diria nesses termos, porque não sei o que se passa pela cabeça dele. Mas o governo dele, sim. As medidas tomadas já no fim do governo Itamar, possivelmente sob a inspiração dele, mostram isso.

Folha - Que medidas?

Santos - Há duas formas de trabalhar a questão. Uma é você pegar medida por medida, e dizer: “Bem, tal medida isso, tal medida aquilo”. Eu prefiro pensar, por exemplo, no conjunto da política econômica do Brasil. É melhor jogar dezenas de milhões de brasileiros na pobreza do que dizer não ao Consenso de Washington, que é o ponto de vista central do aparelho de Estado brasileiro hoje, como na discussão da Previdência Social, por exemplo, na qual nós decidimos, quer dizer, em Brasília se decidiu – perdão, quem decide no Brasil decidiu – que a noção de solidariedade nacional não tem a menor importância.

Folha - Como o sr. vê a posição de outros intelectuais, não apenas Fernando Henrique Cardoso, mas, por exemplo, Alain Touraine, que de certa forma têm justificado algumas medidas do atual governo apelando para a idéia da necessidade de se inserir o país na nova ordem econômica mundial?

Santos - Só para a sua informação, parece que o Touraine mudou um pouco, recentemente. Eu não vi, mas alguém me disse que em um artigo recente ele começa a rever sua posição, debaixo da pressão muito forte feita por colegas dele na França.

Quanto aos intelectuais, a gente sabe que nunca houve uma crise tão grande dos intelectuais como hoje. O que eu acho muito grave no Brasil é que uma boa parte dos chamados intelectuais decidiu ser establishment. E você não pode ser ao mesmo tempo establishment e intelectual. Uma das doenças da intelectualidade brasileira é esse gosto por ser establishment.

O intelectual é a classe que está permanentemente criticando, de alto a baixo, a sociedade. O intelectual não bajula os poderosos do dinheiro, os poderosos do poder e também não bajula os pobres. O intelectual está disposto a criticar o intelectual, coisa que no Brasil é muito raro. E o intelectual está sempre criticando a si mesmo, está buscando. Os últimos governos brasileiros, e este governo atual, mataram as condições para esse tipo de comportamento. Quando se olha o panorama das universidades brasileiras, a gente tem total clareza desse processo eficaz de apagamento do intelectual, que tem muita dificuldade de “sobrexistir” no Brasil de hoje.

Folha - Como a chamada globalização afeta as universidades?

Santos - Creio que o processo de globalização, sobretudo para as universidades periféricas (se não tomarem cuidado), pode ser fatal para as universidades. Não estou dizendo com isso que elas deixem de parecer grandes, de ter uma grande produção chamada científica. Estou me referindo ao papel de conhecimento do presente e de vontade de penetrar no futuro, que deveria ser o trabalho da universidade.

Nos países do Terceiro Mundo quase não há universidades globais. A USP, que é a maior da América Latina, não é propriamente global. Porque as idéias criadas aqui não se impõem ao resto do mundo. O processo de globalização, dando enorme força ao mercado global, que tem um comando sobre a atividade acadêmica no mundo inteiro, atrela os pesquisadores a um modelo chamado global, mas que é global para algumas empresas e, por conseguinte, enfraquece a capacidade de descoberta e de crítica dos que participam da universidade.

No caso brasileiro a coisa é muito grave, porque as universidades, pelos seus corpos dirigentes, encorajam esse processo de submissão. A própria forma de avaliação da atividade acadêmica, o convite repetido e a pressão para parecer Norte, a começar pelo teor dos relatórios, podem levar a universidade a um processo de destruição a partir de dentro. Hoje a gente discute as ameaças externas à universidade e discute pouco as ameaças internas, que são muito graves.

Folha - Essas ameaças partiriam dos setores que dirigem a universidade?

Santos - Eles não têm consciência disso, o que também é grave. Essa falta de consciência vem do fato de as universidades estarem criando uma espécie de grupo dirigente permanente, espécie de buro-professores que se reproduzem e só pensam nisso, e cuja reprodução é independente da universidade que produz, trabalha, cria, pensa. Esse divórcio crescente entre uma universidade que quer pensar e uma universidade que quer mandar somente pode ter resultados terríveis para a vida acadêmica.

Folha - Como escapar disso?

Santos - Haveria uma solução: que tudo o que dependa da chamada política universitária ficasse nas mãos desses buro-professores. Mas que houvesse instâncias mais intelectuais que escapassem. O que porém está se dando é que essas próprias instâncias genuinamente intelectuais estão sendo igualmente tomadas pelos buro-professores, porque tudo se transforma numa espécie de moeda.

Acredito que uma das possibilidades para as universidades se abrirem a ideias mais verdadeiras estaria em que os partidos pudessem ter intelectuais. Não digo somente os de esquerda, mas também os partidos de direita. O que é delicado hoje na vida política do Brasil é que os partidos não querem mais ser políticos, são partidos eleitorais. Basta ver a mesmice da campanha para prefeito, aqui. Todos falam a mesma coisa, porque renunciaram a ser políticos. Atualmente estamos condenados ao pequeno debate, às pequenas postulações, à manifestação pública de rixas menores, que não têm qualquer papel educativo e por conseguinte atrasam o processo. A esquerda tem essa enorme dívida com o país, porque ela não tem sabido fazer o debate nacional.

As eleições se tornaram um ato de consumo eleitoral. Os candidatos são vendidos como produtos, e os eleitores processam a campanha eleitoral como um convite a consumir o seu próprio voto – e é o que fazem –, e isto está ligado ao tipo de regime que temos no Brasil, a democracia de mercado.

Folha - Recentemente o senhor recebeu em sua casa a visita de Gilberto Gil, que o entrevistou. Poderia falar sobre o que tratou a conversa?

Santos - A conversa foi sobretudo em torno de como melhorar, da parte dos intelectuais orgânicos, como é Gilberto Gil e, apesar de ser universitário, imagino que eu também seja, a capacidade analítica para produzir um discurso que possa ser base de um discurso político. Mesmo sem esse nome, já que todo discurso intelectual também é um discurso político. A idéia, que eu havia exposto numa conferência na Câmara Municipal de Salvador, quando Gil era vereador, é de que depois da era da tecnologia vamos entrar na era demográfica.

Folha - O que seria isso?

Santos - A era do homem, da população, das pessoas. E eu acho que nós já estamos entrando nessa era demográfica.

Folha - Mas sem jogar fora as conquistas da tecnologia?

Santos - Ah, é impossível, as conquistas da tecnologia são irreversíveis, como existência. O que a gente tem de reverter é a forma como elas são usadas. Nós vivemos hoje a era do dinheiro em estado puro, logo, a tecnologia toda é usada a serviço do dinheiro em estado puro. A ideia, então, é que toda essa parafernália tecnológica extraordinária seja utilizada a serviço do homem. E sob o comando do homem e não mais sob o comando das finanças.

Folha - Isto dependeria de quê?

Santos - Vai depender de que a universidade preencha o papel que desejamos que ela tenha, de que os governantes redescubram a nação e acreditem nas suas próprias nações, vai depender da ampliação da moralidade internacional, enfim. Nesse particular, creio que a produção do discurso vai ter um papel extraordinário.

Complementando o ping-pong, um texto de apoio informa:

O Encontro Internacional “O Mundo do Cidadão - um Cidadão do Mundo”, que homenageia o geógrafo Milton Santos, acontece de hoje a quarta-feira, no departamento de geografia da USP.

Durante o encontro, coordenado por Maria Adélia de Souza, serão proferidas conferências de Octávio Ianni (hoje); do espanhol Joaquim Bosque Maurel e do francês Jacques Levy (amanhã); dos americanos Sassia Sasken e Richard Peet (terça-feira) e de Maria de Azevedo Brandão e Milton Santos (quarta-feira).

Haverá também uma série de comunicações livres e mesas redondas, de que participarão, entre outros, Marilena Chaui e Olivier Dollfus (França).

O encontro deve reunir mais de 600 participantes.

A entrevista, porém, foi mais longa – teve de ser reduzida com a entrada do material sobre Fernando Henrique. O jornal *Província da Bahia* publicaria, com chamada e foto de capa em seu número 1, de dezembro de 1996, o que a *Folha* deixara de fora. Eis:

O INTELLECTUAL DO ANO

Fernando Conceição

Editor-Responsável

Nos últimos cinco anos o termo “globalização” vem se popularizando como marca semântica da nova ordem econômica mundial. No Brasil, primeiramente com Fernando Collor e agora com o governo Fernando Henrique Cardoso, as decisões políticas, como de resto nos países periféricos, obedecem ao receituário ditado pelas instituições financeiras internacionais, denominado de Consenso de Washington.

Milton Santos, 70 [71] anos de idade e 55 [56] anos de magistério, tem sido um dos mais conceituados críticos do modelo de desenvolvimento adotado pelas elites governamentais brasileiras. Nascido na região da Chapada Diamantina, o mais importante geógrafo da América Latina, um dos mais respeitados intelectuais do mundo contemporâneo, Santos é professor aposentado na Universidade de São Paulo (onde dá expediente, orientando cursos de pós-graduação) e na Universidade Federal da Bahia.

Durante o ano, viaja pelo mundo proferindo conferências e aulas especiais. Foi laureado na Europa com o cobiçado prêmio Vautrin Lud, uma espécie de Nobel de geografia, pela sua reconhecida contribuição aos estudos de geografia humana.

Autor de mais de 40 livros, Milton Santos falou à Província em sua residência na zona oeste de São Paulo (SP). Ele tem sido motivo de homenagens diversas e recentemente veio a Salvador fazer conferências na UFBA, que o reintegrou no ano passado ao seu quadro de professores.

*

A Província - Quando o senhor se mudou da Bahia e quais as circunstâncias dessa mudança?

Milton Santos – Eu deixei a Bahia no fim de 1964, após ter passado uma temporada preso e outra temporada menor no hospital. Os meus colegas franceses me haviam feito um convite para eu ir ensinar na França. Em dezembro de 64 eu viajei. Primeiro fui dar aula de geografia na Universidade de Toulouse.

A Província - E a temporada preso, o senhor ficou onde?

M.S. - Fiquei em Salvador, uns 90 dias, no quartel do Cabula, que naquele tempo era isolado da cidade.

A Província - O que motivou a ação do Exército contra o senhor?

M.S. - Eu creio que eu tinha uma situação na presidência da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE), eu era cercado por um grupo de pesquisadores de todas as áreas de desenvolvimento, e nós tínhamos algumas propostas correspondentes à nossa posição de homens de boa vontade. Isso nos levou a ser suspeitos pelo novo regime que estava se instalando.

A Província - Por quanto tempo o senhor presidiu a CPE?

M.S. - Desde o começo do governo [1963-1967] de Lomanto Júnior até a data em que fui preso. Eu funcionava como secretário de Estado e também era responsável pela redação dos principais discursos do governador. Houve um momento em que o governador pensou que ele era de esquerda... Creio que esse tipo de presença perturbou um pouco a avaliação do novo regime.

A Província - Ao ocorrer o golpe o governador Lomanto Júnior permaneceu à frente do governo?

M.S. - Sim, ele fez um enorme esforço, fez grandes acrobacias para permanecer governador e conseguiu.

A Província - Houve alguma acusação de caráter ideológico? O senhor disse que algumas propostas de intervenção urbana teriam desagradado...

M.S. - Não, não, era mais na questão social. Por exemplo, nós íamos propor um imposto sobre a fortuna. À época o Estado podia taxar. Essa era uma das idéias que tínhamos na CPE. Mas também está ligada a outros fatos. Em 1960 eu acompanhei o [futuro] presidente Jânio Quadros a Cuba e na volta escrevi vários artigos mostrando o que era a revolução cubana. Com isso, comecei a fazer parte dos arquivos do Exército nesse momento.

A Província - Os seus direitos foram cassados?

M.S. - Nunca fui cassado. É muito curioso. Não sei qual foi a razão, também não estou muito preocupado porque nunca desejei ser perseguido profissional. No começo do regime autoritário a relação de ordem pessoal ainda tinha um certo valor. O chefe da Casa Civil tinha sido meu professor de Direito Internacional, Luís Viana Filho, e o seu segundo era meu melhor amigo, Luís Navarro de Brito. Eu creio, embora nunca ousei perguntar a um ou outro, por uma questão de pudor meu e de respeito ao pudor deles, se eles haviam interferido no sentido de não me cassar. O certo é que eu nunca fui cassado, mas também não pude ficar na universidade.

A Província - A geração atual pouco sabe de sua atuação no jornal A Tarde, que era e continua sendo um dos mais importantes no Nordeste. Quando o senhor começou a trabalhar no jornal?

M. S. - Há duas datas, uma cartorial e uma real. Quando eu me formei em Direito fiz concurso e me tornei professor catedrático no Colégio Municipal de Ilhéus. Simões Filho [Ernesto Simões Filho, dono do jornal] me chamou e disse: "Você vai começar a escrever para A Tarde, vou lhe dar uma

coluna”. Eu tinha uma coluna que assinava com as minhas iniciais e que marcou muito a minha relação com toda a região cacauzeira. Mais tarde, quando eu vim para Salvador como primeiro diretor do curso noturno do Instituto Normal da Bahia, passei a trabalhar diretamente na Redação, como redator. Meu trabalho era ser editorialista. Isto foi em meados dos anos 50 até praticamente o momento em que fui para a prisão, em 64.

A Província - O convite do presidente Jânio Quadros para o senhor assumir a representação da Casa Civil foi motivado por afinidades políticas entre o senhor e ele? O senhor fazia militância partidária?

M. S. - A história é que Jânio queria nomear um embaixador negro. Logo no começo do governo dele eu deveria ter sido nomeado, mas estava na Europa. Quando eu cheguei ao Brasil ele me nomeou Oficial de Gabinete dele, o que era indispensável devido à relação burocrática, e em seguida Sub-chefe da Civil, tudo isso na Bahia. O meu papel era o de coordenar as atividades dos organismos federais e transmitir ao presidente o que era a situação administrativa e política do Estado. Nunca fui militante de nada. Inclusive quando ele ia à Bahia para os comícios eu comparecia, o cumprimentava, mas não era particularmente ativo. Mas eu era de *A Tarde*. Quando você era um editorialista de *A Tarde*, naquele tempo, ninguém lhe pedia mais do que isso. O jornal funcionava como partido.

A Província - Recentemente, no governo Itamar Franco, o senhor teria sido sondado para assumir o Ministério da Cultura, não é mesmo?

M. S. - Se as pessoas da entourage do presidente Itamar estavam falando a verdade, eu teria sido ministro durante oito ou dez horas. Eu fui comunicado com antecipação de que havia essa cogitação. Numa segunda-feira eu fui comunicado aqui em casa que a coisa estava certa e que apenas faltava que o ministro das Relações Exteriores de então, professor Fernando Cardoso, me procurasse para me comunicar. Eu soube que a minha nomeação não era mais possível quando li no jornal que o

próprio ministro Fernando Henrique dizia que eu não tinha aceito.

A Província - Como é? Fernando Henrique declarou isso sem ter antes entrado em contato com o senhor?

M. S. - Não, não entrou.

A Província - Então o presidente atual, à época ministro, mentiu. Ele era seu desafeto? A que o senhor atribui o fato dele ter boicotado sua nomeação?

M. S. - Só ele pode responder (risos). Eu não tenho nenhuma idéia da razão que o levou a exercer esse tipo de inação (risos).

A Província - O veto dele ao seu nome tem algo a ver com posições filosóficas existentes no campo da universidade? Há alguma divergência de posições entre o senhor e ele na faculdade da USP, da qual fazem parte?

M. S. - As nossas relações pessoais sempre foram não muito próximas, mas corretas, e até mesmo simpáticas. Agora, as posições em relação ao papel do Brasil no mundo e a influência do mundo no Brasil, essas posições há muito tempo são divergentes.

A Província - Qual o quadro da opção política do atual governo?

M. S. - Nós estamos diante de um país que renega a idéia de solidariedade nacional e, por conseguinte, está decidido a deixar que se ampliem as fraturas todas, que já estão muito grandes, com o risco de quebrar a unidade da nação apenas para aceitar soluções que estão de acordo com o processo de ajuste que desconhece o Brasil. É um processo de ajuste global, globalizado, que se impõe aos diversos países, independentemente das condições locais de cada qual. É nesse sentido que eu imagino que o aparelho de Estado atual no Brasil ignora o Brasil. Evidentemente que os brasileiros não identificam imediatamente isso, porque nesse fim de século a violência da informação é tão forte que as coisas podem ser apresentadas segundo uma luz inteiramente diferente da verdadeira.

A Província - Ano passado, em um discurso que fez numa universidade do México, o presidente Fernando Henrique dizia

que o espaço de manobra dos governos locais tem sido bastante diminuído num mundo globalizado, devido principalmente àquilo que ele identificava como força do mercado dominado por grandes conglomerados privados.

M. S. - Eu não estou de acordo com esse ponto de vista. Pelo seguinte: no mundo de hoje a gente pode dizer que há atividades de todo tipo, econômicas, culturais, religiosas e políticas, que são desterritorializadas, e atividades que são territorializadas. As atividades desterritorializadas interessam a muito poucas pessoas, que são em número cada vez menor. Basta ver que o número de empresas diminuem todos os dias e restam poucas empresas com comando sobre as atividades chamadas globais: são as empresas globais. Mas ao lado delas nós temos centenas de milhares de empresas que não têm nenhuma possibilidade de sobreviver que não seja através do território. A maior parte das empresas depende de uma gestão adequada do território, e a totalidade da população depende disso. Então, esse discurso do mercado global é enganoso. Isso de ignorar o território já é muito próximo de ignorar a nação, porque os dois andam juntos – a nação e o território. O presidente da República é um homem viajado e sabe perfeitamente que países da Europa ou outras partes do mundo, até menores que o Brasil, não renunciaram a ter um projeto nacional próprio. É estranho que um presidente da República possa justificar isso. Uma coisa é o mercado global, está certo; a outra coisa é o projeto nacional.

A Província - Esse é um comportamento particular do governo brasileiro ou o mesmo acontece em outros países da América Latina?

M. S. - É muito parecido o que se passa na América Latina inteira. Um país que resistiu até bem pouco tempo foi a Venezuela, que teve de ceder por causa dessa força do mercado. Eu creio que há somente duas atitudes a considerar. Uma, é crer que isso é fatal, que não tem saída, que essa globalização perversa que está aí vai ficar para a eternidade. A outra, é estudá-la, propor uma análise desse processo de globalização. É o que nós andamos fazendo. Digo nós porque não sou o único. Há outros colegas, em diversas universidades,

interessado na análise dos fundamentos técnicos, econômicos, políticos, culturais e mediáticos do processo de globalização, para pensar outra coisa daqui a cinco, dez, quinze ou vinte anos. Mas o que se dá no caso brasileiro é que não só o aparelho de Estado se dobra ao chamado Consenso de Washington, como se comporta como se outra coisa não fosse possível. Isto é que é grave.

A Província - O senhor tem criticado os intelectuais adesistas desse modelo. Como o senhor analisa a submissão dos acadêmicos antes críticos que, ao chegar ao poder, mudam completamente?

M. S. - Os acadêmicos críticos não se submetem, mas eles acabam ficando isolados. Nas universidades, os postos de comando são ocupados, freqüentemente, por profissionais do ensino cuja capacidade de autocrítica é cada vez mais reduzida. Exatamente por conta dessa sedução do internacional, do global, que é muito forte.

A Província - Há algum papel reservado nesse embate para a pressão feita por estudantes e funcionários das universidades, ou também esses se vêm envolvidos por interesses meramente corporativos?

M. S. - A pressão tem que ter uma base também científica. Haveria que ter, eu creio que há, mas o diabo é que como o renome está se tonando, cada vez mais, ligado a esses postos, aí está o problema. O renome, o prestígio, também se ligam a esses postos. Por isso, muitos colegas que têm idéias interessantes encontram dificuldades de exprimi-las. Num mundo tão confuso, um mundo que se esconde à nossa visibilidade como é o mundo atual (só oferece a face que ele quer oferecer), a construção de um esquema de interpretação do mundo e da universidade em geral, é muito difícil. O que a gente nota é que uma boa parte das reações, que são generosas, se faz a partir de interpretações muito simplistas. O trabalho dos intelectuais é encontrar a forma de entender os fenômenos complexos e produzir o discurso inteligível.

A Província - Eu insisto na questão: qual o papel de estudantes e trabalhadores nesse processo? Eu penso em Paris, 1968, e

em outros momentos, mesmo no Brasil, em que houve uma pressão em defesa de alguns princípios.

M. S. - O papel desses setores idealmente é o mesmo, mas o mundo de 68 era o mundo do pleno emprego, era o mundo das ideologias, onde havia um debate aberto e franco entre os intelectuais também. O nosso mundo é o mundo do desemprego crescente, é o mundo em que se diz que a ideologia não vale a pena, onde a discussão intelectual é claramente extinta e as ideias são enlatadas como tudo o mais. Então o trabalho, a luta atual é muito mais heroica que há trinta anos. O que não quer dizer que não se deva fazê-la. A luta é muito mais complicada por isso, porque a inteligibilidade do mundo é muito menor hoje.

A Província - Por esse aspecto os sindicatos dos trabalhadores teriam de se adaptar?

M. S. - Eles teriam que encontrar também os seus intelectuais, o que não parece querer muito. Os partidos, do mesmo modo, não têm nenhuma vontade de abrigar os intelectuais. Hoje os partidos de esquerda transformam seus intelectuais em locutores, em militantes. Dá pena ver a quantidade de intelectuais promissores que se tornaram militantes e berra-bois desses partidos.

A Província - Alguma vez na história da República a política já foi diferente de hoje?

M. S. - Sim, porque havia nichos, havia áreas que se preocupavam do grande debate – porque só o grande debate pode ter um papel educativo do povo, só ele conduz à ampliação da consciência. A esquerda tem essa enorme dívida com o país porque ela não está sabendo fazer o debate nacional.

A Província - De todo modo, parece ter aumentado a participação eleitoral, ou seja, tem crescido no Brasil o número de pessoas que votam. Será que essa ampliação da participação popular também influenciaria o discurso dos políticos, cada vez mais raso porque ele precisa atingir a média dos eleitores, que por sua vez tem uma compreensão mediana?

M. S. - Eu não sei se deveria ir por aí. O que se deu é que as eleições se tornaram um ato de consumo eleitoral. Nós não temos uma democracia e a democracia de mercado é isso, é o mercado que comanda. A campanha eleitoral é uma operação mercadológica. Os candidatos vêm oferecer coisas, e não ideias, como se fossem um supermercado. “Eu vou fazer uma ponte”; o outro, “Eu vou asfaltar tantas ruas. A própria coisa social não é apresentada como um conjunto: “Eu vou lhe dar saúde”, mas “vou lhe dar”. Não há ideia de que são direitos fundamentais. O debate da Previdência, por exemplo, é um debate tornado mesquinho porque ficou reduzido a cifras. Os partidos todos discutiram cifras, quando a questão é outra: será que a nação tem de cuidar de todos os seus membros? O debate da Previdência é um retrato da ausência de debate político no Brasil, porque não passou desse nível do mercado. E o nível das grandes finalidades nacionais, a solidariedade da nação, foi completamente jogado para o lado.

A Província - Nos países da Europa e nos Estados Unidos houve governos que tentaram retirar benefícios assistenciais. Como o senhor, que tem viajado por esses países, acompanha essa discussão?

M. S. - Acho que o centro do debate é a existência de cidadão ou a não existência de cidadão. Nos países onde há cidadania, que é uma conquista lenta e gradual, é muito mais difícil impor soluções perversas como no caso brasileiro, onde chega um ministro, um governador, e diz: “Eu vou mandar embora, eu preciso mandar embora 60 mil funcionários”. Isto está ligado ao fato de que nós não temos cidadãos. Nós temos uma classe privilegiada e o resto – que por ser resto está estendendo a mão para obter coisas, e inclusive vota para obter coisas.

O caso dos Estados Unidos é intermediário. Você tem o cidadão, mas numa democracia que se estabeleceu na base da capacidade econômica. Essa é a ideologia que estabeleceu a democracia americana, isto é, eu produzo, eu contribuo, por conseguinte eu tenho direito. Não é que eu sou um homem, eu tenho direito. Esse tipo de raciocínio é muito mais fácil de ser admitido num país como os Estados Unidos. Na Europa, com a violência da informação atual, também uma

parte da população aceita mudanças na Previdência Social, mas não admite a idéia de cada um por si, que é o que no Brasil vem sendo proposto. Aqui no Brasil, quando o governo, um ministro qualquer, propõe que o seguro social passasse a ser privado a partir de três salários mínimos, isto é uma proposta de genocídio. Genocídio. Mas eu não ouvi ser dita essa palavra no debate do Congresso.

A Província - Gostaria que o senhor contasse um pouco de sua vida familiar. O senhor nasceu em Salvador?

M. S. - Não, em Brotas de Macaúbas. É que meus pais eram professores, vieram de Salvador para Brotas. De lá foram para Itabira, hoje Ubaitaba, daí para Alcobaça, onde nasceram meus dois irmãos (eu sou o mais velho), dali foram para Alagoinhas, Catu, antes de vir para Salvador.

A Província - Talvez essas viagens tenham despertado seu interesse pela geografia?

M. S. - O que despertou minha vontade de ser geógrafo, na realidade, era que eu ficava intrigado com o movimento. Por que é que os trens correm de um lado para o outro, os automóveis, as pessoas? Essa foi a minha primeira curiosidade, acho que foi por aí.

A Província - Quando o senhor chegou a Salvador?

M. S. - Cheguei em 37, com dez anos, e fiquei interno, morei no Instituto Baiano de Ensino.

A Província - Aí, a partir dos 15 anos o senhor começou a dar aulas e a ganhar dinheiro.

M. S. - É, para me vestir, para aliviar o orçamento dos pais. Na Faculdade de Direito tinha que se vestir bem. Ali tinha grandes professores, Orlando Gomes, Aloísio Carvalho Filho, Nestor Duarte, Aliomar Baleeiro, era uma turma formidável.

A Província - Nessa época já havia em Salvador, pelo menos na roda que o senhor frequentava, algum debate sobre a questão da discriminação racial?

M. S. - Havia um debate, digamos assim, bastante bem-comportado. Esse debate era mais amplo no Rio. Daí a minha

posição, desde há muito tempo, frente a gente como Abdias Nascimento é muito diferente da geração atual. As pessoas mais jovens não se dão conta do que era naquele tempo sequer falar na questão negra. Em minha casa eu nunca ouvi.

A Província - Os seus pais não comentavam?

M. S. - Nunca, nunca. É possível que eles comentassem com pessoas da geração deles, mas não conosco. Talvez eles imaginassem que era a forma de facilitar a nossa inclusão. Eu creio que era uma ideia deliberada para facilitar. Naquele tempo não tinha muito como ser diferente, porque qualquer grito era abafado, ridicularizado, e você corria o risco de isolamento mesmo. Porque a sociedade brasileira, e a baiana em particular, sendo nitidamente racista e preconceituosa, não admitia que se dissesse isso. Eu creio que os movimentos negros fizeram sucessos tremendos. Embora uma boa parte dos negros pense que não, mas houve um progresso extraordinário.

A Província - Quando o senhor retornou ao Brasil?

M. S. - Em 77.

A Província - No seu retorno, foi direto para a USP?

M. S. - Não, não, a USP não me desejava quando eu voltei. Essa paixão uspiana por mim é recente.

A Província - O senhor veio de Paris a São Paulo?

M. S. - Não, primeiro a Bahia, para onde eu tinha retornado porque a ideia era que meu filho, Rafael, nascesse na Bahia, eu não queria que ele nascesse em Nova York, onde eu estava. Até teve um episódio, que não tem nada a ver com essa entrevista. Quando estávamos vindo para cá, para que ele nascesse, eu encontrei com Fernando Henrique Cardoso em Paris, e ele me disse: “Mas você vai ter filho na Bahia?! Só baiano mesmo! Você podendo ter seu filio em Paris ou Noviorque...”. Eu não entendi na ocasião porque ele disse isso, mas depois eu vi, era o preço, não é? Porque ter filho no Brasil é muito caro, só maluco. Um parto nos Estados Unidos ou em Paris custa três vezes menos do que aqui.

A Província - Em Paris o senhor ficou quanto tempo, ensinando onde?

M. S. - Três anos, na Sorbonne.

A Província - E nessa universidade o senhor encontrou o professor Fernando Henrique.

M. S. - É, mas ele nunca foi professor da Sorbonne, ele ensinava numa universidade do subúrbio.

A Província - Ele era aluno da Sorbonne?

M. S. - Aluno, eu não sei, mas professor não. Ali fiquei mais três anos – naquele tempo era muito difícil um estrangeiro ficar mais que dois anos, mas eu fiquei sete anos, nas três universidades [Toulouse, Bordeaux e Sorbonne]. Daí eu fui para os Estados Unidos, fui ser pesquisador no MIT (Massachusetts Institute of Technology) um ano, daí eu fui ser professor um ano da Universidade de Toronto, Canadá, daí eu fui ensinar na Venezuela, no Peru, obtive um contrato para ensinar em Londres mas a universidade não quis me ajudar a encontrar casa para morar.

A Província - A Universidade de Londres?

M. S. - Eu acabei não conseguindo casa para morar porque o preconceito já era tão forte, que era difícil eu ser aceito para alugar casa. Eu falei com a direção do instituto onde eu estava contratado e eles disseram: “O senhor mande sua mulher alugar e depois o senhor entra”. Eu digo: “Ah, não, o senhor vai me desculpar mas não farei isso. Nem só não farei isso, como não trabalho mais com gente assim como vocês”. Aí fui-me embora, fiquei sem emprego durante bastante tempo.

A Província - Mas esse preconceito devido ao fato de ser negro ou por ser de um país sul-americano?

M. S. - Negro! Porque as outras coisas ninguém vê, se eu sou brasileiro ou não.

A Província - Aí o senhor ficou desempregado um período...

M. S. - Depois os venezuelanos me empregaram alguns meses depois. Na realidade a OIT (Organização Internacional do

Trabalho) me deu um contrato para eu escrever coisas. Um amigo do Anísio Teixeira, ex-aluno dele, que era diretor da OIT na América Latina, nesta mesma ocasião deu um contrato para Almino Afonso, em 1973 – que estava sem emprego porque Allende tinha caído no Chile –, para estudar a pobreza no campo e a mim me deu para estudar a pobreza nas cidades da América Latina. Com isso pude viver alguns meses, até os venezuelanos me nomearem professor, mais uma vez, em Caracas. Cada vez que eu tinha um problema os venezuelanos me davam um emprego. Depois disso eu fui para a África. Como era um contrato por dois anos, nós achamos que era mais tranquilo que ficar três meses num país, dois meses em outro.

A Província - Onde na África?

M. S. - Na Tanzânia, na Universidade de Dar-Es-Salaam. Aí ficamos dois anos letivos, depois fomos para Nova York, para a Universidade Columbia. Daí eu deveria ir para a Nigéria ajudar a criar uma universidade na zona do petróleo, no Biafra. Mas aí, o menino ia nascer e chegando ao Brasil eu achei, com 50 anos de idade, era melhor ficar.

A Província - O senhor tem mencionado o papel da mídia no reforço a essa idéia da globalização e da supremacia do mercado sobre as demais relações. Qual a crítica que o senhor faz à mídia nessa fase da história da humanidade?

M. S. - A produção de notícias gerais e notícias específicas se concentrou muito. Basta ver que a agência Reuters, inglesa, sozinha é responsável por mais de 70% da produção de notícias financeiras do mundo. A globalização vitimou a mídia de um modo geral. A imprensa, a mídia, são indústrias muito frágeis. Por conseguinte muito sensíveis às oscilações de mercado, cuja possibilidade para se antepor ao mercado tornado global é muito pequena. O que no espírito público seria desejável é que o próprio Estado se preocupasse de ajudar toda iniciativa que fosse tendente a criar zonas imunes a essa influência que parece irreversível, mas que não é. Essa reversibilidade depende da maneira como o poder público decide agir.

Milton Santos concederia uma segunda longa entrevista a este autor cinco anos mais tarde. A partir de nossa primeira reunião, em 1994, em seu gabinete no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, não apenas em ocasiões formais estivemos os dois juntos. Incomodei-o, também, algumas ocasiões telefonando para sua casa.

Uma dessas foi no domingo de Páscoa 7 de abril em 1996. Engajado que estava para que a USP e, conseqüentemente, o Estado brasileiro colocasse em sua agenda política o debate sobre a implantação de cotas para negros nas universidades, no início daquela tarde prepostos da guarda de segurança da USP me detiveram pichando uma frase a favor da causa na parede de um módulo próximo ao prédio onde funcionava a Reitoria.

Levado em veículo da universidade e fichado na delegacia do distrito policial depois das acusações feitas pelos guardas, a delegada plantonista me enquadrou em um artigo do código penal. Como verificou a primariedade, impôs uma fiança para liberar o acusado. Permitiu que dois agentes, um deles motorista da viatura, custodiasse-nos em busca de um caixa eletrônico de banco para o saque do valor estipulado, uma vez constatado ser insuficiente o dinheiro que trazia na carteira.

Depois de rodar por diversos caixas automáticos de bancos, numa área que extrapolava mesmo os limites do distrito, constatamos que todos, absolutamente todos, estavam desabastecidos de notas. Era a noite de domingo de um longo feriado iniciado na quinta-feira, quando as agências bancárias entraram em recesso e – tudo indica – suspenderam o abastecimento dos caixas automáticos.

De regresso à delegacia e, por sua recusa em que ali pernoitasse junto com outros presos – o telefone do distrito não parava de tocar, com jornalistas e outras pessoas, àquela altura informados do fato, à procura de informações sobre a detenção deste autor –, a delegada franqueou uma linha telefônica para que solicitasse socorro a alguém que pudesse se deslocar com o dinheiro da fiança para minha liberação ainda no plantão dela, às 23 horas.

Milton Santos foi a primeira pessoa que me veio à cabeça. Passava das 21 horas. Telefonei para sua casa, Marie-Hélène atendeu e passou para ele. Expliquei-lhe rapidamente o que se passava. Ouvei MS perguntar algo, possivelmente à mulher. Depois informou-me que, lamentavelmente, o casal estava sem aquele valor em casa. E não adiantaria ir a um caixa de rua, considerando o que lhe informei. Disse, então, que ele mesmo telefonaria para um amigo, Paulo Sérgio Pinheiro, pedindo ajuda.

Antes do fim do plantão da delegada, o professor Paulo Sérgio Pinheiro, acompanhado da esposa, chegou de carro à delegacia. Se inteirou comigo e com a autoridade do ocorrido, pagou a fiança e deu-me carona até em casa.

Paulo Sérgio Pinheiro, assessor internacional das Nações Unidas, coordenava o Núcleo de Estudos da Violência da USP. Depois, com Fernando Henrique na Presidência da República, foi alçado a secretário de Estado de Direitos Humanos, e no governo de Luís Inácio Lula da Silva atuou na Comissão Nacional da Verdade para apuração de crimes cometidos nos períodos ditatoriais no Brasil. Desde 1991, por conta da estratégia de construir parcerias para o Núcleo de Consciência Negra, contávamos com seu apoio entusiasta.

Ele era um admirador de Milton Santos. Em 1993, com a saída de Antônio Houaiss da frente do Ministério da Cultura no governo Itamar Franco, Paulo Sérgio liderou uma articulação para que Milton Santos assumisse a vaga de ministro. Telefonou pessoalmente para mim, como coordenador que era do NCN, para tratar do assunto. E solicitou que assinasse um abaixo assinado a ser encaminhado por ele a Itamar. O que fez, sem ser acolhida a sugestão.

No caminho depois que pagou minha fiança, replicou a conversa que tinha tido com Milton ao telefone sobre minha detenção pela polícia. Da preocupação de Milton com este escrevinhador. Do absurdo que julgou ser a prisão. Ainda mais com a recusa, que soube, de um dirigente da USP, com autoridade para retirar a acusação, quando consultado pela delegada ter se negado a fazê-lo.

Em retribuição, semanas depois oferecemos um jantar em nossa residência a Milton Santos e esposa e a Paulo Sérgio Pinheiro e esposa. Participou como convidado Mauro Göpfert Cetrone, então aluno de filosofia na USP, identificado pela administração da universidade como co-responsável pelas pichações a favor das cotas feitas por toda a Cidade Universitária – e também nas avenidas e ruas do centro e da zona oeste de São Paulo.

Milton Santos associou-se, ainda, a um ato de desagravo a este autor e a Mauro, puxado pelo presidente da Adusp – Associação dos Docentes, Jair Borin, professor da ECA. Isso porque a Reitoria abriu, em paralelo ao processo criminal contra mim, um segundo processo, esse administrativo, incluindo também Mauro Cetrone.

Na véspera da audiência, em julho, com a comissão processante montada em abril de 1997 pelo reitor Flavio Fava de Moraes, um almoço no Clube

dos Professores da instituição reuniu um grupo de docentes, técnicos administrativos e estudantes a nosso favor. Uma das estrelas presentes foi o historiador e brasilianista Thomas Skidmore, da Brown University, que estava de passagem por São Paulo. A professora Solange Martins Couceiro de Lima, minha orientadora na pós-graduação, e o professor Kabengele Munanga, da Antropologia, dentre outros, compareceram.

O ato foi para condenar o processo administrativo instaurado pelo reitor da USP, que mencionava “danos causados” pelos dois processados. Oficialmente intimados a depor, fomos comunicados que a administração central propunha um acordo para arquivar o processo. Teríamos de pagar do nosso bolso uma soma acima dos nossos poucos recursos, gasta na repintura dos locais pichados.

Avaliada a situação durante aquele almoço no Clube dos Professores, Milton Santos foi o mais enfático na recomendação de que não aceitássemos acordo algum daquele tipo. Fez uma preleção criticando o conservadorismo da administração central daquela universidade e afirmou que um recuo nosso, naquele momento, seria um gesto de covardia. Confiava neste seu futuro biógrafo no enfrentamento do processo administrativo até o fim.

Mauro Cetrone, que estava graduando, e eu, com planos de dar um *upgrade* na minha pós-graduação com uma temporada nos Estados Unidos, saímos do almoço refletindo profundamente sobre aquele posicionamento do intelectual Milton Santos. Medimos as consequências e resolvemos fazer de forma distinta, visando não mais atrapalhar nossa conclusão de curso.

Diante da comissão de inquérito administrativo ressaltamos o caráter político de nossas manifestações a favor das cotas para negros. Não descartamos nem aceitamos o acordo proposto, na medida em que nos recusamos a assinar o documento colocado à nossa frente.

Fomos informados pela comissão que a universidade encontraria uma forma de cobrar a cada um de nós a soma devida. Talvez tenha recuado diante de posicionamentos, como o da Congregação da ECA exigindo a extinção do processo, e de Milton Santos – que devem ter chegado aos ouvidos do reitor. Fato é que a fatura nunca chegou em nossos endereços.

Aquele ano eu já regressara a morar em Salvador. De onde recebi, da produção do programa “Roda Viva”, da TV Cultura paulista, telefonema para participar da bancada de entrevistadores da edição em que Milton Santos seria o entrevistado. O programa, ao vivo, aconteceu na noite de 31 de março

de 1997. Por atraso no voo para São Paulo, entrei atrasado no estúdio onde o jornalista Matinas Suzuki coordenava a apresentação – e fui acomodado no meu lugar.

No segundo semestre do mesmo ano Milton Santos mudou-se para a costa oeste dos Estados Unidos, para um período de dois semestres letivos como ocupante da Cátedra Joaquim Nabuco de Estudos Brasileiros na Universidade Stanford. Foi o segundo *scholar* brasileiro a merecer a distinção, antecipado pelo físico José Goldemberg, ex-ministro da Educação (governo Collor) e ex-reitor da USP.

Também me instalaria um ano depois como *visiting scholar* nos Estados Unidos, porém na NYU, cidade de Nova York. Intencionava procurá-lo, mas essa terceira – e última – estadia de Milton Santos nesse país foi considerada por ele, depois, um tremendo equívoco. Ele francamente não gostou – e disse-me isto em uma longa entrevista. Aliás, o destino da fita de registro da conversa gravada, pela segunda vez, na residência dele, foi trágico. Conto logo abaixo.

O vento frio do inverno do norte da Califórnia pode ter influenciado seu mau humor. Sua falta de paciência para com os estudantes aos quais tinha de receber nos seminários que ali fez. Contudo, um telefonema recebido por ele e Marie-Hélène, que evidentemente o acompanhou a Stanford, adicionou maior certeza à inutilidade de sua experiência naquela universidade. Aliás, das mais prestigiadas do planeta.

O telefonema, naquele 13 de janeiro de 1998, vinha de Amsterdã, Holanda. Era Anette do outro lado da linha. Para informar a morte de Nailton, irmão oito anos mais novo de Milton Santos, que ali havia chegado de Recife (Pernambuco), onde residia, algumas semanas antes.

Viajara já doente, com diagnóstico de ameaça de enfarte registrada em crise cardíaca que tivera em Belo Horizonte há pouco menos de três meses. Quis passar as festas natalinas e de Réveillon ao lado de Anette. Nailton a conhecera nos anos 1960, durante seu próprio exílio imposto pela mesma ditadura militar que prendera e expulsara Milton Santos.

Anette, holandesa, foi a paixão eterna de Nailton, embora o casal desde o começo dos anos 1990, pelo menos, vivesse separados pelo Atlântico. Ele na capital pernambucana, que adotara como sua, até por motivos profissionais, a partir de 1960. Ela, em Amsterdã.

O casal comprara um apartamento em Recife, quando Nailton, com Anette, pode regressar ao Brasil na abertura política do regime militar que o expulsara. Alguns anos depois, porém, resolveram se separar. Não em termos afetivos, propriamente. Ela se reinstalou em Amsterdã, para onde Nailton seguia sempre à menor oportunidade, sendo abrigado por Anette. Nos braços de quem morreu, coração estourado.

A notícia deve ter devastado, por seu turno, o peito de Milton Santos. Veio somar-se à dramática perda, um ano e meio antes, de Miltoninho. E o câncer na próstata, certamente, naquela noite, quando foi deitar-se na cama para dormir, deve ter dado a Milton Santos a horrível e sufocante sensação de que sua própria morte se aproximava. Lhe restava, portanto, pouco tempo para cravar a importância de sua contribuição para o destino do Brasil.

Decidiu interromper o período anteriormente definido para ocupar a Cátedra em Stanford, antecipando sua volta a São Paulo. E aqui mergulhou por inteiro no trabalho de sistematizar suas ideias a respeito da necessidade de o Brasil superar a mediocridade intelectual e a pobreza política, que constatara como resultante do projeto colonizador dos países centrais. Adotado, sem mais, pelas elites de poder nacionais – inclusive pelo então governo de Fernando Henrique Cardoso.

Resolveu aumentar o alcance de sua voz e do que escrevia. Mesmo sem abrir mão do raciocínio complexo na decifração e interpretação dos fenômenos econômicos e sociais que interferem na política dos países, passou a verbalizar o seu entendimento das coisas em linguagem não hermética, compreensível ao homem comum.

O projeto do livro, que intitulou *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*, insere-se nesse contexto. Foi o primeiro a ser publicado por uma editora de porte, a Record, do Rio de Janeiro, capacitada a proporcionar ampla divulgação e distribuição nacionais, fazendo deste um livro popularmente conhecido pouco antes da morte do autor.

Autor, naquele momento, consagrado. Requisitado de forma quase que de assédio, em toda parte e lugar – para receber prêmios, comendas, títulos de doutor honoris causa, homenagens dos mais variados tipos e dimensões. Fazer conferências e dar entrevistas aqui e ali, para esse e aquele demandante.

Uma dessas entrevistas, concedida ao cineasta Silvio Tendler e equipe, serviu de base ao filme documentário “Encontro com Milton Santos ou O

mundo global visto do lado de cá”. De relativo êxito de público e de bilheteria mesmo antes de ser oficialmente lançado em 2006 – exibido, ainda em versão não-definitiva, desde 2002.

Silvio Tandler conta ter conhecido o geógrafo em 1995, em Paris, quando gravava para um filme sobre o intelectual brasileiro Josué de Castro, autor do influente livro *Geografia da fome*. Desde então ficou com a ideia de fazer algo sobre MS. Quando soube que este suspendeu, de repente, por razões de saúde, uma conferência que faria no Rio de Janeiro, isso em 2000, decidiu que estava na hora de ir a campo. Telefonou para São Paulo e Milton Santos agendou recebê-lo para as filmagens em seu gabinete na USP, no dia 4 de janeiro de 2001.

As imagens do filme mostram um Milton Santos já abatido pela doença. Bastante magro e voz fragilizada. Na madrugada de 24 de junho daquele mesmo ano, num leito do Hospital do Servidor Público de São Paulo, Milton Santos morria de falência múltipla dos órgãos. Para muitos, a entrevista com o cineasta foi a última que o geógrafo concedeu.

Contudo, em maio, cinco semanas antes de sua morte Milton Santos recebeu em sua residência, para uma entrevista que durou toda a tarde, até quase o crepúsculo, este biógrafo.

As circunstâncias foram cercadas dos maiores cuidados por parte da Marie-Hélène. Nos telefonemas que precederam o encontro, ela sempre destacou estar ele bastante fraco, cansando ao menor esforço, com dores. Então recomendou que a entrevista terminasse o mais rápido possível.

Cheguei pontualmente no horário marcado, 15 horas, fui avisado pelo porteiro e, permitido o acesso, subi o elevador até o 8º andar. Marie-Hélène abriu a porta, entrei e mais uma vez ela fez as recomendações anteriores enquanto eu aguardava, de pé.

A sala do imóvel é comum a qualquer apartamento daquele padrão. Sua decoração é simples, quase minimalista. Alguns quadros, algumas peças decorativas sobre mobiliário, um sofá, uma poltrona que parece confortável, um televisor. Tem uma mesa, onde fazem as refeições, instalada próxima à parede da direita de quem entra. Essa parede segue por um pequeno corredor, dando nos demais cômodos familiares, inclusive toailete de visitas, e no estúdio.

A cozinha e área de serviços ficam à esquerda. Do lado oposto da mesa a sala acolhe uma grande janela, aberta sobre um horizonte de prédios e, mais adiante, para além da margem esquerda do rio Pinheiros, nergas do verde de cúpulas de árvores da Cidade Universitária.

Milton Santos chegou caminhando lá do corredor, firme, apoiado por uma bengala. Abriu o seu sorriso que, sem exceção alguma, as centenas de pessoas entrevistadas para esta biografia, definiram como cativante, encantador. Tem o rosto esquelético, com a pele escura – percebo – ressequida, já sem os brilho e vigor de outras ocasiões. Nos saudamos e, enquanto ele caminha em direção à acolhedora poltrona, faz perguntas. Quer saber como estou e o que andei aprontando desde a última vez que nos encontramos.

Depois de se sentar, Marie-Hélène vem e cuidadosamente cobre com um grosso cobertor o colo e as pernas dele, que põe a bengala de lado. É que ultimamente sente frio, ou calafrios. Pelos próximos cinco a dez minutos a conversa é sobre amenidades. Em algum ponto o assunto é o fato de Milton Santos, de alguns meses para cá, ter descoberto a diversão de assistir a telenovela do horário nobre da TV Globo. Ele fala de algumas tramas e personagens, com nítido contentamento, afirmando ter aprendido a se divertir com elas em momentos que compartilha com Rafael, seu segundo filho, já um adulto também.

Marie-Hélène movimenta-se entre a sala e a cozinha, enquanto isso, colocando sobre a mesa algumas pamonhas, água, suco e chá – os quais oferece ao entrevistador. Informa que vai se retirar e deixar-nos os dois sozinhos. Antes de sair, acrescenta mais uma vez: não demore, porque ele precisa de repouso.

Mas quem disse que Milton Santos queria parar de falar nessa sua derradeira entrevista a um jornalista, agora na condição de seu biógrafo por ele mesmo autorizado? Falar de tudo, recomendar fontes e lugares de consulta, de tudo menos da doença que o consumia.

O gravador, ligado desde o início, tudo registrava. Uma fita não foi suficiente, teve de ser substituída por outra. Essas duas fitas gravadas, ainda sem ser transcritas, estavam dentro de uma pasta de documentos deixada por mim, na noite de 1º de outubro daquele ano, no gabinete da professora Solange Martins Couceiro de Lima, localizada no segundo andar do prédio central da ECA-USP.

Com auxílio do professor Paulo Sérgio Pinheiro, o amigo de Milton Santos que pagara minha fiança quando detido pela luta por cotas, eu estive por aqueles dias preparando um projeto a ser encaminhado no dia seguinte à avaliação da Fundação de Auxílio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Trabalhei até por volta das 21 horas. Como teria de ir para casa de ônibus e agendei pegar na manhã do dia 2 as assinaturas do professor Paulo Sérgio no Núcleo de Estudos da Violência por ele coordenado na USP, com receio de, por alguma razão, no trajeto extraviar toda aquela documentação, decidi por bem deixar ali a pasta. Tranquei a porta do gabinete, cuja chave a professora Solange deixara comigo, e fui dormir tranquilo.

Em torno das 9 horas da manhã, ao regressar à ECA, o acesso ao prédio tinha sido interditado. Naquela madrugada, por três horas um incêndio havia consumido uma ala inteira do segundo pavimento do prédio, destruindo valiosos documentos ali guardados há anos. A minha pasta, junto com as fitas da entrevista de Milton Santos, foi junto.

O que foi publicado dela saiu no caderno “Mais!” da Folha de S. Paulo, edição de 8 de julho de 2001, terceiro domingo depois da morte do geógrafo na quinta-feira, 21 de junho:

UM CAFÉ COM MILTON SANTOS

Fernando Conceição

Especial para a Folha

Há pouco mais de um mês, 16 de maio, fui generosamente recebido pelo professor Milton Santos em sua casa, no Alto de Pinheiros, por um par de horas. Talvez foi a última entrevista longa que concedeu a alguém, ali como jornalista e admirador. Para quem o viu forte e com perfil assemelhado a uma esfinge talhada em pedra, agora estava visivelmente em declínio físico. Mas plenamente lúcido e, apesar da dor, em certos momentos bem-humorado.

Esse encontro foi precedido dos cuidados que um paciente consumido pelo câncer, submetido à quimioterapia, requer. Sua querida e dedicada esposa, Marie-Hélène, fez-me antes recomendações para que não demorasse mais que meia hora, porque invariavelmente ele se cansava e precisava repousar. Qual nada! MS abriu o verbo naquela tarde por quase duas horas ininterruptas, entre xícaras de café, suco e pamonhas que Marie-Hélène foi buscar numa feira próxima – deixando-nos a sós por tempo razoável. A conversa foi encaminhada para as suas reminiscências – e ele lembrou de casos que nos levaram a boas risadas.

Lembrou do tempo das férias de juventude, quando ia para a casa de um tio – Agenor Santana, – na cidade de Barra do Rio Grande. “Tomava um trem em Salvador, tinha de fazer o transbordo. Antes, pernoitava em Bonfim. No dia seguinte, ainda de madrugada, tomava de novo o trem e em Juazeiro ficava esperando o navio. Era um outro mundo. Meu tio era advogado de um grande chefe da região. O sonho dele era ser deputado, morreu em campanha. Tinha um jornal. Possivelmente, o primeiro jornal no qual escrevi regularmente.”

Uma das suas lembranças lhe trazia – e a este interlocutor – certa surpresa. Sua vida política iniciou-se pelo que, se ainda vivêssemos num mundo ideologicamente bi-polar, poderia ser rotulado de “direita” do espectro político. “Eu tinha esquecido disso. Quem me lembrou foi o amigo Methódio Coelho, que telefonou de Salvador um dia desses.”

Isso mesmo. O sujeito que no início dos anos 60, como secretário de governo do Estado da Bahia, na presidência da Comissão de Planejamento Econômico, propôs a criação de um imposto sobre a fortuna – o que provocou a ira dos golpistas – era inicialmente execrado pelas lideranças do Partido Comunista Brasileiro, às quais combatia.

Na Faculdade de Direito da UFBA. Milton Santos liderou a criação do Partido Estudantil Popular, que funcionou entre 1943 e 45 – num período de forte oposição ao getulismo. “A gente tinha todas as idéias democráticas, liberais, mas não éramos de esquerda”, lembrou enquanto sorvia um gole de suco. “O marxismo chegou-me lentamente, principalmente depois que fui fazer meu doutorado na França nos anos 50, com o professor Tricart”.

Foi o marxismo como método de análise histórica que possivelmente consagrou e impôs restrições políticas e acadêmicas a MS. Expurgado do Brasil, perambulou pelo mundo. Entre 65 e 79 morou em várias cidades da França, dos Estados Unidos, do Canadá, da Venezuela, Peru, Tanzânia... Deu aulas e até foi assessor parlamentar de uma polêmica (em suas palavras) senadora venezuelana, Mercedes Fermin, com quem acabou brigando: “Muito danada essa mulher, muito mandona, fortíssima: beleza de mulher”.

As mulheres, aliás, são um capítulo à parte em sua vida. Como Einstein, ele gostava muito delas – e há boatos na Bahia sobre o fascínio que exercia a partir do seu charme particular. Mas não tive a pachorra de entrar nesse campo – seria uma indiscrição imperdoável no contexto desse que veio ser o nosso derradeiro encontro.

Entramos noutras conversas. Recusou diversas vezes colaborar com estudos de instituições dos Estados Unidos, como a Fundação Ford ou Consulados Americanos, das quais mantinha certa desconfiança. Sobre sua experiência como professor convidado da Universidade Stanford, em 1998, comenta: “Foi um tormento, foi horrível. Porque eu esperava ter discussões intelectuais, mas o que enfrentei foi uma coisa burra. Era para ficar um ano, somente quis ficar três meses.”

“As diretoras do centro latino-americano onde fiquei não perdiam a oportunidade de fazer propaganda para o governo de Fernando Henrique. Muitos desses centros de estudos latino-americanos nos Estados Unidos viraram isso: lugar de propaganda comercial e dos governos – convidam embaixadores, ministros... Eu expliquei a elas que não estava ali para isso. Dos alunos, eu nada tinha o que tirar. Fiz questão de dizer que tinha perdido o meu tempo.”

Nesse momento, empolgou-se em falar em diplomacia. Virou-se para o interlocutor: “Você tem um amigo [Thomas Skidmore] e quando me fez o convite para almoçarmos juntos recusei. Desconfio dos latinoamericanistas – sem contar que são meio agentes, o que para eles é normal, nós é que estranhamos. Há anos, num congresso de Geografia que fui nos Estados Unidos, muitos dos colegas participantes usavam o dístico da CIA (serviço de espionagem dos EUA). E tem outra coisa: quando você trabalha para um organismo desse, sua aposentadoria é aumentada.”

Relembra que quando trabalhou na Universidade Columbia, em Nova York, lotado no Centro de Ciências Políticas, “o grande sonho” dos colegas era passar um ano no Departamento de Estado. Nós é que temos vergonha de ser agentes, o que de certo modo é um erro porque o trabalho

do geógrafo é meio esse, ser agente. Desde Heródoto, a geografia é isto. No Canadá, nos Estados Unidos, se estimulam os sujeitos que vão estudar os outros países – não o sujeito da embaixada, porque o tipo de relação deste não é aquele que tem o sujeito que está nas universidades. No Brasil, o trabalho de conhecimento dos outros países o Itamaraty tem ciúmes se outros o fazem.”

De sua passagem por Columbia (início dos anos 70), lembra que o contrato previa duas conferências públicas. Na primeira que fez, atacou a Trilateral – “e aí não teve a segunda, eles cancelaram”. Aquele era o período ainda de gestação da atual fase da globalização. “Se eu entendi cedo o que estava por vir, foi pelo comportamento acadêmico que verifiquei. Assim como desde cedo entendi [José] Serra (atual ministro da Saúde) e Fernando Henrique Cardoso. Este sujeito nunca me enganou.”

Tinha recentemente sido convidado para um encontro com o embaixador da África do Sul. “Para mim a África do Sul é importante porque pode ter uma diplomacia ativa em relação aos problemas raciais no Brasil.”

Até certo outono de 1992, quando pessoalmente esse interlocutor o conheceu (membros do Núcleo de Consciência Negra na USP, do qual fazia parte, o procurou para solicitar apoio), dizia-se que “Milton Santos não se sentia negro”. O que naquele primeiro contato ele deixou explícito é que não poderia aceitar a ideia de que a questão racial no Brasil deva ser deixada apenas para os negros resolverem ou discutirem.

Era e é, no seu entendimento, um problema de toda a sociedade e ele recusava-se a tratá-la como uma questão exclusivista. A questão racial brasileira passou a fazer parte da agenda de MS, de forma intensa, nos anos 90. Ele a entendia como um problema de falta de políticas públicas a serem implementadas por ações de um governo que não fosse tão afastado dos interesses sociais quanto este comandado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso – ao qual fazia sérias restrições, principalmente no que diz respeito à forma como se entregou ao chamado consenso de Washington.

Sentado, com uma bengala recostada ao lado do sofá e com as pernas envoltas por um grosso cobertor, MS tem brilhos nos olhos ao lembrar esse e outros episódios de sua vida. Dá-me nomes de pessoas que devo procurar na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Toronto, em Buenos Aires, em Caracas, em Bordeaux – local onde conheceu Marie-Hélène, da qual foi professor e com quem casou-se pela segunda vez, tendo um filho, Rafael.

Do filho do primeiro casamento, também chamado Milton Santos – morto em 1996, um profundo trauma para o pai – lembramos ao final da conversa, quando o geógrafo passa o telefone da ex-nora (conheceu o filho de MS na militância universitária na Libelu, facção da esquerda estudantil durante o regime militar). Fala dos dois netos.

A tarde fria de São Paulo está perto de escurecer através da janela do apartamento do casal quando Milton Santos faz a sua única queixa durante todo o nosso encontro: “Acho que tem pouca luz... Eu não posso mais ler, não tenho trabalhado, não tenho escrito nem lido nada. Anteontem fui ao médico e ele passou outros óculos. Disse que a visão vai voltar lentamente.”

Na tarde de segunda-feira, 25 de junho, por volta das 16h o corpo de Milton Santos foi enterrado no cemitério da Paz, região da zona sul paulistana. Na Bahia, onde ele havia nascido 75 anos antes, assim como em todo o Nordeste brasileiro, o foco do noticiário era outro. As populares festas juninas, de feriados e recesso escolar em torno principalmente de São João (dia 24), tradição trazida pelos portugueses ao Brasil.

Aproximadamente 150 pessoas acompanharam o sepultamento. O tempo era chuvoso e uma greve dos metroviários de São Paulo contribuía para tornar o trânsito caótico na cidade na qual ele definitivamente havia se fixado nos anteriores dezoito anos, com seu ingresso como professor concursado da USP.

II Milton ou Nilton, cada qual no seu quadrado

Milton Almeida dos Santos, que se bacharelou em Direito em 1948 e nunca atuou como profissional da área, em vida tornou-se reconhecido, mas não popularizado, como um dos expoentes da Geografia no mundo.

Como geógrafo e crítico abalizado das opções políticas que depois da Segunda Guerra Mundial levaram ao processo conhecido como globalização capitalista, que ele preferia chamar de *globalitarismo*, isto é, um totalitarismo econômico do setor financeiro, acima do interesse das pessoas e dos países, Milton Santos foi reverenciado por um ciclo de intelectuais, acadêmicos e gente do mundo não-anglo-saxão e do Brasil, território de sua origem. Assinava comumente apenas o primeiro e o último sobrenome: o Milton e o Santos.

No “país do futebol” que era o Brasil até a acachapante derrota de 7 a 1 para a Alemanha em 2014, gente de meia-idade quando confrontada com o seu nome poderia confundir as bolas e achar que se estava a falar de Nilton Santos. Este, o gênio do Botafogo do Rio de Janeiro e da Seleção Brasileira que, em 2000, a Fifa (Federação Internacional de Futebol) elegeu como “o melhor lateral-esquerda de todos os tempos.” Glória que o boleiro ostentou até a morte em 2013.

Um motorista de táxi carioca, três anos antes, ao transportar passageiros ao campus da Universidade Federal do Rio na Ilha do Fundão, ao ser-lhe dito o nome da rua interna de acesso ao prédio do Departamento de Geografia, rebatizada em homenagem ao geógrafo baiano, depois que este

morreu em 2001, garantiu que sim, conhecia “Milton Santos”. Viu o nome grafado em placa da avenida da cidade universitária e não titubeou: “É o craque botafoguense. Mas eu sou mesmo é Flamengo”.

Craque pode-se até dizer que Milton Santos foi. Jamais no gramado, porém. Mesmo porque, nunca praticou qualquer tipo de esporte que requeresse esforço físico disciplinado. Em seu Certificado de Reservista de 3ª Categoria, isto é, de dispensado para o serviço militar obrigatório, expedido pelo Ministério da Guerra em dezembro do mesmo ano em que se formou em Direito, eis como está a parte destinada ao registro de algumas categorias e habilidades: “Vacinado? *Sim*”; “Lê?” *Sim*”; “Escreve? *Sim*”; “Sabe nadar?” – em branco; “Dirige auto?” – também em branco.

Primogênito do casal Francisco Irineu dos Santos e Adalgisa Umbelina de Almeida, Milton Santos nasceu em 1926. A 3 de maio, uma segunda-feira. Longe do grande e praticamente único centro urbano do Estado, Salvador, cuja distância geográfica, em termos físicos, é de aproximadamente 600 quilômetros.

A primeira luz de sol que os seus olhos viram foi a do sertão da Chapada Diamantina, de um lugarejo então chamado Villa Agrícola de Nossa Senhora de Brotas. Vila, grafada com dois “ls”, cuja origem é o antigo povoado de nome Caiam-bola porque ali abundava árvores de carambola. Grávida a mãe, fazia pouco tempo que seus pais tinham saído da capital para instalar-se nesses ermos, numa época em que não havia estradas regulares nem diretas, e as vias de transporte eram extremamente difíceis.

Quem fundou o povoado foi o sertanista Romão Gramacho com suas andanças, farejador de pedras preciosas ou semi-preciosas, de ouro e outros minérios, dono de minas de salitre, iniciador de garimpos na Bahia e Minas Gerais, súdito do rei de Portugal que a este apelava em petições por alvarás de exploração do seu negócio naqueles confins.

Em 1792, é o que parece, foram encontrados em Brotas os primeiros diamantes da província da Bahia. Descobertas jazidas auríferas e carboníferas, o lugarejo foi o epicentro de toda uma marcha desenfreada pela riqueza, atraindo ali para dentro uma excitação de gentes que fizeram do lugar uma praça das mais movimentadas da província no século 19. Exploração feita por bandeirantes, fonte de confrontos e brigas de morte, de massacres de índios e sangue derramado de homens escravizados, negros, mamelucos e caboclos, no Brasil colonial e escravista.

Situada no centro do território baiano, com área de aproximadamente cem mil quilômetros quadrados, a Chapada é uma vasta amplidão acima de mil metros do nível do mar. Sua paisagem – assunto tão bem estudado depois pelo seu mais afamado rebento –, dita por alguns agressiva, é marcada por falhas, relevo e chapadões, montes, serras, montanhas – por onde escoam rios e cachoeiras, lagoas translúcidas. A vegetação é a característica do semi-árido, do tipo luxuriante descrito por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Grandes amplitudes ao olhar humano, caatinga, poeira e fauna selvagem.

Região sobreocupada de súbito, à revelia dos maracás e dos quilombolas, pela cobiça dos homens brancos com seus negros servis, sedentos de diamantes. Ampliada a área de exploração em torno do núcleo original da descoberta, para determinar a exatidão dos lugares na grande Chapada Diamantina, a área de Brotas foi designada de Chapada Velha. E de Chapada Nova, as terras do outro lado acima das serras a nordeste.

Na grafia do tempo Milton Santos nasceu na Villa de Brotas de Macahubas. É como está no livro de registros do cartório da municipalidade, no qual se lê, em letras manuscritas do escrivão:

Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e vinte e seis, nesta Villa de Brotas de Macahubas, em meu cartório compareceu o Professor Francisco Irineu dos Santos, casado, residente nesta Villa, e perante as testemunhas adiante indicadas, fez as seguintes declarações: Que no dia três do corrente mês de mil novecentos e vinte e seis, Adalgisa Umbelina Almeida dos Santos, com quem o declarante é casado, em casa de sua residência às quatro horas da manhã, deu à luz a uma criança do sexo masculino que tomou o nome de Milton Almeida dos Santos.

Das duas testemunhas, uma é qualificada no registro como “negociante”, Theodoro Martins do Espírito Santo; a outra, escrivão da Coletería, Clementino de Matos Filho. Ambos também residentes na vila.

Naquela década, a expectativa de vida do brasileiro era de 35 anos.

*

Milton Santos nasceu nesse torrão por mero acaso – como tantas vezes viria enfatizar, talvez, assim, desculpando-se por nunca mais aí ter retornado desde que seus pais se transferiram para outras terras menos de três anos depois de ele ter nascido. Zizinha, apelido de Alzira Ribeiro, disse ser cinco anos mais velha e que brincou com ele quando criança. Ela foi aluna do professor Francisco. Em 2007 a encontramos, aos 86 anos de idade, em Brotas

de Macaúbas. “A gente brincava na rua, eu lhe dava doces nas mãos”. No tempo, não havia calçamento nem luz elétrica, enfatizou a aposentada.

Era o Brasil do atraso, da República Velha “café-com-leite”, das oligarquias. Traço não incomum de sua história, mergulhado em crises econômicas e institucionais, de liberdades suspensas por medidas de exceção do presidente Artur Bernardes, que de 1922 a 1926 governou o país sob estado de sítio. Na Bahia governava, desde 1924, Góis Calmon, advogado e banqueiro de sucesso. Sobrinho e neto de marquês, filho de almirante imperial. Membro da oligarquia açucareira da região do Recôncavo.

Os pais de Milton nunca antes de 1925 haviam estado na Chapada. Chegaram no final daquele ano ou no início do seguinte, vindos da capital. Como que de passagem aí se instalaram. Por circunstâncias da vida ligadas à necessidade de sobrevivência. Não por muito tempo. Atraídos por um dos dois irmãos de Adalgisa, Agenor Sant’Anna, que há alguns anos fora designado professor da escola primária da vila. Um homem cidadão, de leituras em livros e jornais, com boa retórica, Agenor em pouco tempo ganhou a amizade, simpatia e bem-querência dos mandatários locais. Que viram nele capacidades intelectuais – por que não, políticas? – de voos mais altos.

Acharam que Agenor merecia mais que gastar sua prosopopeia para infantes, numa escola dos cafundós do semiárido baiano, naqueles tempos de atraso, sem luz elétrica e água potável, de ruas de chão batido. De precárias condições sanitárias, freqüentes surtos epidêmicos, das chamadas “grandes endemias dos sertões, amplas, crônicas e virtualmente fora de controle [que caracterizam a Bahia] ao longo da década de 20, como ocorria desde os tempos pré-republicanos. Na variada lista de endemias tinham destaque a malária, a ancilostomíase, o tracoma, a leishmaniose, a boubá, a filariose e a doença de Chagas. (...) No Relatório de Viagem [aos sertões, dos médicos] Belisário Pena e Arthur Neiva (...) a missão diagnosticou sérias infecções dos olhos na população do interior, como o tracoma. A malária era largamente disseminada. A mortalidade entre as crianças alcançava níveis altíssimos”.¹

A escravidão de africanos, dos quais Agenor descendia em linha direta, mal completara trinta anos de definitivamente abolida. A República, advinda de um golpe militar que derrubara a monarquia em 1889, também. Ainda aos tropeços, como os da Guerra de Canudos, era uma ideia que diziam ser boa, porém distante. Litorânea, como ressaltou Euclides da Cunha.

1.”As Origens da Reforma Sanitária e da Modernização Conservadora na Bahia durante a Primeira República”, de Luiz A. de Castro Santos.

Naqueles mundões, o juiz da sede da comarca, que era Xique-Xique, logo nomeou como rábula da Chapada Diamantina Agenor Sant'Anna, filho de escravos provavelmente forros. Esse fato não é de todo surpreendente dentro do contexto sertanejo, cuja base econômica jamais se sustentou na grande lavoura monocultora de cana-de-açúcar, maior sorvedouro de mão-de-obra do negro escravizado. Como se deu nas zonas do litoral e recôncavo baianos.

Nas zonas diamantinas, cujo modo de produção incitava a livre iniciativa da pequena propriedade no lidar do garimpo e das minas, há mesmo exemplos de filhos de escravos alforriados que se impuseram como respeitáveis coronéis. Um desses foi Francisco Dias Coelho, líder político da Chapada Diamantina, senhor do município de Morro do Chapéu, padrinho e tutor do lendário Horácio de Matos.

A figura do rábula, ou advogado sem formação, desde que pessoa considerada idônea, tinha base legal em alvará régio do tempo colonial de domínio. Rábula era como se chamava o advogado que funcionava sem diploma em Direito, muitas vezes voluntariamente. Em geral um defensor dos menos favorecidos socialmente, aceito nos tribunais antes de, por questões corporativas – o marco é a criação da Ordem dos Advogados do Brasil em 1930 –, a lei extinguir esse expediente.

Seu proceder o projetou como figura ilustre na região, um advogado provisionado competente e requisitado. Então convidou sua irmã para substituí-lo como professora da escola. Agenor ganharia mais fama na região depois de ter presidido, a bom termo, uma sindicância aberta pelo então prefeito (à época chamava-se intendente) do município, Pedro Rosa, contra seu antecessor, Sebastião Nestor dos Santos. Certamente intrigas políticas. Agenor teria atuado com cautela e isenção, evitando o acirramento dos ânimos. As denúncias foram apuradas e consideradas verdadeiras.

Agenor Sant'Anna foi provavelmente o parente que mais marcou positivamente a vida de Milton Santos. Em suas reminiscências dos tempos de juventude, declarou naquela entrevista de 16 de maio de 2001:²

Nas férias de juventude ia para a casa do tio Agenor na cidade de Barra do Rio Grande. Tomava um trem em Salvador, tinha de fazer o transbordo. Antes, pernoitava em Bonfim. No dia seguinte, ainda de madrugada, tomava de novo o trem e em Juazeiro ficava esperando o navio. Era um outro mundo! Meu tio

2. Depoimento a este autor em 16 de maio de 2001.

era advogado de um grande chefe da região. O sonho dele era ser deputado. Morreu em campanha. Tinha um jornal. Possivelmente, o primeiro jornal no qual escrevi regularmente.

*

Ao trocar Salvador pelo interior, o casal Santos abraçava uma boa oportunidade para os iniciantes da carreira de magistério, cuja formação se dava exclusivamente na capital do Estado. Onde, obviamente, os postos de professor, se cobiçados, para novatos não se ofereciam. Sem nobreza no sobrenome, ainda que pseudonobreza, pior ainda.

Definitivamente não eram nobres Sant'Anna e Santos, designações certamente dadas no momento em que os ancestrais da segunda ou terceira geração de Agenor e Adalgisa, de um lado, e de Francisco, do outro, receberam o batismo católico dos seus senhores proprietários.

Acrescente-se que no Brasil das três primeiras décadas do século 20 vigoravam ideias lombrosianas, segundo as quais o negro e a mestiçagem eram degenerativos. O censo de 1940 registra um pico de 63,4% dos brasileiros declarados brancos em comparação com o censo anterior, onde eram 40,2%. Enquanto o número de pretos se estabilizou em 14,6% e o de pardos caiu de 32,4% para 21,2% – o menor percentual jamais registrado.

Na Bahia de então, a trajetória comum de um professor do estrato social baixo assumir uma cadeira na capital, ainda mais no contexto de insuficiência da rede pública de ensino, era começar a carreira pelo interior, qualquer interior.

Depois de vila a vila, cidade a cidade, contornar a interlândia e, então, quem sabe para os que tinham isso por meta, regressar ao ponto de partida e de chegada que era a “Bahia”, como comumente se designava Salvador da baía de todos os santos. Assim se deu, a partir do momento em que o casal agarrou aquela oportunidade para fixar-se como professores na então vila de Brotas.

Adalgisa e Francisco conheceram-se em Salvador possivelmente nos primeiros anos da década de 1920. A capital do Estado tinha pouco mais de 283 mil habitantes. Isso era quatro vezes menos que a população da capital da república, o Rio de Janeiro, e duas vezes menos que São Paulo. Mas já era, como hoje, a terceira mais populosa metrópole no país ainda fortemente ruralizado da época.

Os dois se casaram, conforme declaração em carteira funcional de Adalgisa, a 19 de agosto de 1925, uma quarta-feira, em Salvador. Milton Santos nasceria dentro da 36ª semana depois da noite de núpcias. Seus pais teriam mais dois outros filhos, Naílton e Yêda, e foram marido e mulher até a morte dela em 1962, aos 61 anos de idade. Francisco morreu em 1966, aos 76.

Como se conheceram, não há como saber. É possível que tenham se aproximado um do outro durante cerimônias na então Escola Normal, a única em Salvador de formação de professores, na qual ambos concluíram o curso de magistério, de nível secundário, que durava três anos. Ele era dez anos mais velho que ela, nascida no dia 21 de agosto de 1901. Os pais de Adalgisa, Nicolau Tolentino de Santána e Luiza da França Almeida Santána³ foram, ambos, professores.

Não deixa de ser curiosa essa escolha dos antepassados de Milton Santos pelo magistério. Que mais tarde ele e seu irmão Naílton, nos passos dos pais e do tio Agenor, abraçariam. Percebe-se que o magistério exercia, para esses descendentes de africanos da primeira geração pós 1888, grande atração. Possivelmente pelo grau de absorção pelo setor público dessa mão-de-obra qualificada.

Curioso em um país que ingressou na República com mais de 70% da população analfabeta. E que, no tocante ao recorte “étnico-racial”, por decreto de 1854 do Ministro dos Negócios do Império⁴ vetava a matrícula na rede escolar de negros, nos termos seguintes:

Art. 69. Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vacinados.

§ 3º Os escravos.

Destaque-se que os parágrafos primeiro e segundo tinham endereço certo, uma vez que as famílias brancas no Brasil atribuíam as moléstias contagiosas aos negros, cuja população em geral não recebia a profilaxia das vacinas.

3. Santána, dessa forma é grafado o sobrenome dos pais em documentos pessoais de Adalgisa, mas como Sant´Anna é grafado no registro de nascimento de Milton Santos.

4. Decreto nº 1.331-A, de 27 de fevereiro de 1854, que regulamentou a reforma do ensino primário e secundário, conhecida como Reforma Coutto Ferraz, ministro da pasta, inicialmente destinada ao município da corte do Império.

Como decorrência de tais decisões políticas, entre a população negra (pretos e pardos) o analfabetismo sempre atingiu altos percentuais, variando nas quatro primeiras décadas do século 20 entre 81,4% e 74,3%. Na população branca do período, a taxa girava em torno de 52,8%, de acordo com o levantamento censitário oficial de 1940.⁵

A taxa de analfabetismo, pelo recenseamento de 1920, atingia 65% da população acima dos 15 anos de idade. A taxa para a população total era de 71,2%, dez pontos percentuais menor que em 1890. Cinco anos antes o Clube Militar do Rio de Janeiro fundara a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, que teve uma seção baiana, cujo campanha tinha como lema “combater o analfabetismo é dever de honra”.

Com a eleição de Góis Calmon em 1924, o governo da Bahia iria tentar desenvolver uma política educacional totalmente nova para os padrões local e mesmo no nível nacional. Calmon nomeou Anísio Teixeira Inspetor Geral de Educação, cargo equivalente a secretário de Estado. Anísio Teixeira se tornaria respeitável gestor educacional, pedagogo e intelectual, por sua abordagem reconhecida por muitos como revolucionária no setor.

No tocante ao contingente populacional formado por filhos e netos de escravos forros, era óbvio ser o mais vulnerável à escassez de uma política de promoção de equidade educacional. Os avós maternos de Milton Santos, como já dito, foram ambos professores, dentro daquele quadro geral. Teriam dado aulas na escola do Centro Operário da Bahia.

Essa associação de trabalhadores, criada em 1893 por negros de artes e ofícios manuais em Salvador, foi fruto de fusão de dois grupos dissidentes originalmente formados em 1890. Tinha fins declarados de influir na política local e na promoção dos filiados e seus familiares. Aceitava sócios pretos, mestiços e brancos. Em 1894 teria tido um pico de cinco mil membros.

O avô materno de Milton Santos, Nicolau Tolentino de Sant’Anna, integrou, já qualificado em documentos de associado como professor, o quadro de sócios benfeitores, beneméritos e honorários do Centro Operário da Bahia. Essas categorias de sócios eram ocupadas por comerciantes, industriais, profissionais liberais e políticos tradicionais. Os sócios efetivos (com direitos sociais e políticos plenos), em geral, eram trabalhadores qualificados, artesãos e mestres de ofício. O Centro, que foi extinto em 1930, não admitia sócios do sexo feminino.⁶

5. O recenseamento de 1920 excluiu o quesito raça/cor e o de 1930 foi suspenso.

6. Aldrin Castellucci nos deu essa informação. Ele pesquisou os arquivos da entidade e sintetizou seu levantamento no artigo “Classe e cor no Centro Operário da Bahia (1890-1930)”, publicado na revista *Afro-Ásia* nº 41, 2010, pp. 85-131.

Pode-se deduzir que os avós maternos de Milton Santos desde ali se distinguiram, pela via da missão educacional em sala de aula, dos negros que buscaram, por um ofício, profissão ou arte, modos de inserção no novo mercado de trabalho que se seguiu à abolição do escravismo, bastante competitivo pelo ingresso massivo de trabalhadores recém-emigrados da Europa e mesmo da Ásia. Em vez da atividade manual, a do intelecto.

Distintamente, seus avós paternos exerciam em Salvador atividades de outra natureza. Irineu Cesario dos Santos seria um pequeno lavrador urbano e Maria Olympia da Conceição⁷ vendedora ambulante de verduras e frutas, possivelmente cultivadas pelo marido. Estavam vivos em 1926. Ao contrário dos avós maternos, declarados como “falecidos” no registro de nascimento do neto.

Da avó verdureira em Salvador, com quem conviveu em sua primeira adolescência, quando ela ia vê-lo no colégio interno para onde os pais o mandaram do interior aos 10 anos de idade, Milton Santos recordaria 60 anos depois, nos seguintes termos:

Até hoje o cheiro de salsa me faz lembrar de minha avó, que me visitava no internato, pé no chão, com o balaio, depois que acabava de vender.⁸

Quem foram os pais dos avós paternos e maternos de Milton Santos, não se encontra registros. Quantos tios lhe deram? Onde e quando nasceram, no que labutaram? Essa tipologia de informações, que permite a famílias de ascendência europeia no Brasil criar toda uma categoria sociológica, no que resultam árvores genealógicas que regridem a séculos de existência, é praticamente impossível de se construir não apenas neste caso específico do geógrafo que morreu famoso.

As raízes de consanguinidade dos descendentes dos milhares de africanos tornados escravos no Brasil geralmente foram decepadas naquela fase em que se deixou a escravidão para trás, da segunda metade do século 19 para frente. Aliás, esquecer desse passado, como reiterou Milton Santos em várias ocasiões e entrevistas, teria sido uma estratégia de seus pais e de tantas outras famílias: o que interessa é olhar para o futuro, repetia ele.

Certa vez numa entrevista, de forma surpreendente, Milton Santos declarou que o seu avô materno teria sido, antes de se fixar em Salvador, “prefeito de Brotas”, município às margens sul do rio São Francisco. E que

7. Em alguns documentos o nome da avó está grafado Olimpia Maria.

8. “A reinvenção da cidadania”, Folha de S. Paulo, 13/10/1996.

seu bisavô desse tronco familiar teria sido “amigo de Rui Barbosa”, o famoso jurista, nascido em 1849. A cronologia não bate. E não foi encontrado até agora documentos que comprovem uma coisa nem outra.

Quanto ao pai do geógrafo, Francisco Irineu, nasceu dois anos depois da abolição da escravatura, a 3 de dezembro de 1890. Não na capital, onde a presença de escravos já era bastante reduzida nas últimas décadas do século 19, mas na vila São Francisco. O local, por tempos parte do território soteropolitano, foi uma das regiões de engenhos e produção de cana-de-açúcar, situando-se no Recôncavo lambido pelos rios Jaguaribe e Paraguaçu – movimentados caminhos de comércio, entre os quais o do tráfico negreiro.

Já em Salvador, a 23 de janeiro de 1918 Francisco Irineu dos Santos declara ter como profissão alfaiate. O dado está em documento emitido em seu nome pela repartição de identidade eleitoral. Suas características ali descritas são: “Estatura – 1m 64cm”; “Cor: da cutis – parda; dos cabelos – pretos; dos bigodes – pretos; da barba – usa rapada; dos olhos – castanhos”. Há ainda a observação: “Mão esquerda-face dorsal cicatriz-ovalada de corte na face dorsal da 1ª articulação da mediz”.

Francisco era dois centímetros mais alto que Adalgisa, mas talvez quatro, porque há outros documentos que lhe atribuem 1,66m de altura. Em algum momento em 1918 decidiu ou foi persuadido a mudar de profissão. O fato de ter sido alfaiate parece ter sido apagado pelos que constroem hagiografias do seu filho mais ilustre, ou mesmo por este, em suas memórias afetivas.

Assim é que, numa das entrevistas em que repassa o contexto de inserção do negro no ambiente da capital baianada nas primeiras décadas pós-escravismo, Milton Santos comenta sobre a profissão de alfaiate – referindo-se não a seu pai, mas a um provável primo distante deste:

O alfaiate também fazia parte desses artesãos, que eram a burguesia. Que se frequentavam todos. O alfaiate era um centro porque não havia confecção. A confecção – roupa já feita – chega muito depois. [Ser alfaiate] Era uma forma de relacionamento, e relacionamento é poder.

Fato é que ao trocar de ofício, Francisco Irineu foi um dos vinte e sete concluintes da turma de 1921 formados professores primários no Colégio Normal da Bahia, único estabelecimento de ensino dessa carreira em todo o Estado. A Escola ou Colégio Normal se localizava em zona central de Salvador, na freguesia da Sé, e o curso durava três anos.

Não há registro para as circunstâncias do primeiro encontro entre Francisco e Adalgisa. É verossímil supor que se conheceram nos corredores ou salões do Colégio Normal, onde ela também ingressaria um pouco mais tarde. Há quem informe que se conheceram na festa de formatura dele, mas não há registro nem depoimento disso⁹.

Com certeza ele ingressou no curso de magistério antes dela. A idade limite oficial para ingresso era vinte anos, mas por alguma razão Francisco foi admitido aos vinte e oito ou vinte e nove anos de idade. Pode-se cogitar que a flexibilização das regras oficiais não era coisa rara, ainda mais sendo-se bem relacionado, como observa Milton Santos sobre alfaiates. Já a idade mínima de ingresso no curso de magistério era dezesete anos. Portanto, Adalgisa deve ter ingressado em 1920-21, concluindo-o entre 1922 e 1924.

A Escola Normal funcionava em regime de externato, formando professores para os níveis primários de ensino. Sua grade curricular incluía física, química, desenho, geometria, álgebra, trigonometria, língua francesa, gramática portuguesa – compreendendo o conhecimento teórico da prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia; análise etimológica, exercício de escrita ditada, leitura de prosa e verso e recitação; pedagogia e metodologia. Estudantes do sexo feminino recebiam adicionalmente aulas de prendas domésticas, ministradas nos três anos, compreendendo uso de máquinas de costura e aprendizado de corte de roupas.¹⁰

Aí os pais de Milton Santos se encontraram. Houve o flerte, o namoro e, então, o casamento em agosto de 1925. Para logo depois deixarem a cidade e partir para o sertão. Uma década e meia depois, atuando como funcionário público, Francisco ascenderia ao cargo de sub-Inspetor de Educação da Bahia, tendo à sua responsabilidade o funcionamento de estabelecimentos escolares em municípios do sudoeste do Estado.

Antes, a 27 de março de 1929, teve abonada a sua ficha de sócio-efetivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos, pagando o valor de doze mil réis, referente a jóia de entrada. A SPD, organizada em Salvador em 1827, é a mais antiga associação de ajuda mútua e assistencial entre negros das Américas.¹¹

9. É o que escreve Maria Auxiliadora da Silva em “Milton Santos: A trajetória de um mestre” (2002).

10. Um histórico da implantação da escola que, por um tempo no final do século 19, chamou-se Instituto Normal da Bahia, é-nos dado por Lúcia Maria da Franca Rocha no ensaio “A Escola Normal na Província da Bahia”.

11. Entre outras iniciativas, membros da SPD colhiam fundos para a compra de cartas de alforrias de escravos. Mantêm-se em funcionamento ininterrupto, no centro de Salvador, até hoje. Uma referência para leitura é *Sociedade Protetora dos Desvalidos – uma irmandade de cor*, do antropólogo Júlio Braga.

No dia 23 de Novembro de 1932 adquiriu, em segunda mão, de Francisco de Paula Dias, um piano Pleyel, de fabricação francesa, a marca preferida de Frédéric Chopin. Pagou de uma só vez a quantia de seiscentos mil réis.

III

Os Santos nas terras dos coronéis

A Chapada Diamantina era uma praça de guerra no momento em que Milton Santos veio ao mundo ali em Brotas de Macaúbas.

Os batalhões da Coluna Prestes, movimento insurreccional contra a velha ordem oligárquica representada a nível federal pelo presidente Artur Bernardes, marchavam sobre o interior baiano desde fevereiro de 1926¹². Ao penetrar na região da Chapada, com cerca de um mil e duzentos homens¹³, a Coluna Prestes matou dois parentes do coronel Horácio de Matos. O que acirrou ainda mais a belicosidade dos senhores da guerra do sertão brasileiro durante a República Velha.

O povoado já perdera a excitação da descoberta diamantina de mais de um século. Os coronéis vivam em disputas sangrentas pelo domínio da terra, das minas, das estradas e das gentes. Brotas, como parte da Chapada Velha, era domínio de Horácio de Matos, que aí nascera em 1882, e se tornou o símbolo do coronelismo no Brasil. Outras imensidões de terras, a Chapada Nova, domínio de outros adversários, entre os quais Manuel Fabrício e o coronel Militão Rodrigues Coelho.

12. Liderados por tenentes e oficiais dissidentes do Exército entre 1925 e 1927, os insurrectos marcharam por 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, sob o comando de Luís Carlos Prestes, depois personagem de proa do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

13. Os números estão em *Marchas e Combates - a Coluna invicta e a revolução de outubro*, de Lourenço Moreira Lima, 1931, pg. 380.

O poder político do coronelismo e das oligarquias na Bahia, estudado por muitos¹⁴, era incontestável e imbatível. Armado com milícias e jagunços, dentro do Estado maior, o poder dos coronéis contestava o poder legal, central, da república federativa proclamada no país em 1889, que pouca força possuía sobre esses domínios particulares. Em um acordo equivalente a uma capitulação, o presidente da República em 1920 fazia esse reconhecimento.

E foi nos coronéis que o governo federal e o governo da Bahia tiveram de se apoiar para o enfrentamento da Coluna Prestes, entre fevereiro e agosto de 1926. Horácio de Matos, que recusou qualquer tipo de acordo com Luís Carlos Prestes depois do assassinato de seus parentes, foi quem organizou e liderou o confronto com a Coluna.

Horácio de Matos montou um batalhão de jagunços, combatentes uniformizados com fardamento federal, denominado Batalhão Patriótico, que não deu mole aos anti-legalistas de esquerda. Depois de uma série de enfrentamentos, expeliu a Coluna Prestes do território baiano, perseguindo-a do sertão à fronteira com a Bolívia, para onde foi expulsa.

Muitos anos depois Brotas voltaria às manchetes de jornais por acontecimentos também relacionados ao combate, pelo Exército, às forças políticas de contestação à ordem estabelecida.

Derrotada a República Velha, desidratado o coronelismo rural durante e após a Era Vargas (1930-1945), experimentado um soluço de democracia a partir de 1946, o Brasil – no contexto da guerra fria entre os dois pólos geopolíticos rivais formados com o fim da Segunda Guerra Mundial – foi novamente mergulhado em um período de sístole. E o lugar onde Milton Santos nasceu serviria como um dos micro-cenários do confronto ideológico entre as grandes potências.

Nos sertões de Brotas se refugiaram alguns combatentes da ditadura militar instalada em 1964, a qual havia sido, inclusive, o motivo da expulsão ao exterior de centenas de brasileiros, como o próprio geógrafo ali nascido.

O capitão do Exército Carlos Lamarca, que em 1969 deserdera, estava entre os guerrilheiros embrenhados na caatinga brotense, no distrito de Pintada. Caçado pela repressão, foi morto ali a 17 de setembro de 1971.

14. Entre esses, Eul-Soo Pang em *Coronelismo e Oligarquias: a Bahia na Velha República*.

O episódio foi narrado em primeira mão a Milton Santos por carta datada de 30 de setembro daquele ano. Exilado político, encontrava-se nos Estados Unidos. Remetida de Salvador por Justina, que o tratava por “mano” (irmão). Justina, uma senhora que desde a década de 40 foi morar com sua família, como uma espécie de governanta ou segunda mãe, assim escreveu:

As novidades aqui costumam a aparecer, mas quando surgem são horríveis. A Bahia está bastante mudada: muitos crimes, acidentes, assaltos etc. Quase não há mais tranquilidade. Agora mesmo a Polícia Federal fez uma diligência e mataram vários, inclusive um Lamarca, dizendo ser chefe de um movimento terrorista. Este rapaz tinha apenas 34 anos. Ficou no [Instituto Médico-Legal] Nina Rodrigues e foi enterrado no Campo Santo apenas por seis pessoas. Vou enviar-lhe os jornais com estes fatos.

A ação repressiva matou ainda os irmãos Otoniel e Zequinha Barreto, filhos do lugar, o último nascido vinte anos depois de Milton, em 1946.

Já em 1938 a então pacata vila ganhara emancipação política, chamando-se Brotas de Nossa Senhora, elevando-se a município desmembrado de Macaúba – vocábulo da língua tupi que designa o fruto da macaba, planta típica da região. Em 1944 o local teve oficializado, por decreto estadual, o nome enfim que passou a vigorar definitivamente: Brotas de Macaúbas.

*

A professora Adalgisa, grávida de meses, e o professor Francisco saíram de Salvador rumo ao interior da Chapada numa viagem que, à época, durava três ou mais dias. Em várias etapas.

Podem ter tomado o trem que partia de Salvador a Juazeiro, divisa da Bahia com Pernambuco ao norte. Daí, seguiram de vapor até a vila de Morpará, descendo o rio São Francisco. Morpará em diante o transporte somente era possível em lombo de animal, possivelmente cavalo, passando pelas comunidades de Tamboril, Cristalândia, Mata do Bom Jesus até chegar em Brotas de Macaúbas.

Outra rota de viagem possível de terem feito era pelo miolo, Chapada Diamantina adentro, em transporte a tração animal. De Salvador ao sertão, via Barra da Estiva, Ponte Nova e Seabra. De Seabra, a cavalo, até as comunidades localizadas na região do Cocal, de onde seguia-se até Pau de Imbira (hoje Feira Nova) e depois Brotas.

Ao chegar a Brotas o casal foi instalado na casa de número 377 da Praça Dr. João Borges. Aí funcionava também a escola. Esta versão não é pacífica

na cidade porque ali, depois da notoriedade nacional ganhada por Milton Santos poucos anos antes de morrer, há quem afirme que o casal foi instalado na Casa da Controvérsia, que fica do outro lado da mesma praça.

O morador Vanderlei Rosamares, que em 2007 se dedicava a pesquisar o assunto, afirma que a confusão decorre do fato de ter sido Agenor Sant'Anna, fundador da escola e irmão de Adalgisa, o verdadeiro morador do número 377.

Gente mais velha, sobrevivente que ainda guardava alguma lembrança daquele tempo, confundia o tio como sendo o pai de Milton. Dona Idalice, tia de Vanderlei, informa que foi aluna de Adalgisa: “Era uma mulher forte, alta, negra, muito querida por todos e uma boa professora.”

São, assim, migalhas, o que se pode recolher da presença do casal de professores que teve seu filho, depois tornado intelectual importante, nesse lugarejo. Porque os pais de Milton Santos logo arribariam dali para outras bandas, deixando pouquíssimos, quase nenhuns, vestígios de sua passagem. E nunca mais aí retornaram. Tampouco Milton. No ano em que este faria 81 anos se vivo fosse, a municipalidade decidiu homenageá-lo dando seu nome à biblioteca pública então inaugurada.

Para os moradores da vila, o mais marcante membro da família do geógrafo foi o seu tio. Conta-se que em 1947 a população da vila foi abalada com a notícia da tragédia do naufrágio de uma embarcação no rio São Francisco. Entre dezenas de afogados morreu Agenor Sant'Anna, o respeitável rábula, que há muito tempo transferira suas atividades para Barra do Rio Grande.

Tio Agenor, como Milton chamava, tinha se fixado no município de Barra, às margens do rio São Francisco, como advogado de um dos chefões locais. Era candidato a deputado estadual e estava em plena campanha eleitoral quando ocorreu a tragédia. Seu corpo jamais foi encontrado, engolido pelas águas do Velho Chico, à época um rio caudaloso, navegável como um oceano.

De Brotas – conta Milton Santos em depoimento – em pouco tempo seus pais se transferiram para a vila de Itapira (atualmente município de Ubaitaba), região sul-cacaueira da Bahia, nomeados professores. O geógrafo não fixa datas da mudança, mas ele teria entre dois e três anos de idade. É a palavra dele.¹⁵

15. Nos arquivos de documentos consultados, não há nada que o confirme ou negue essa informação.

Não demoraram muito por Ubaitaba, pelo que se pode deduzir daquele mesmo depoimento do geógrafo.¹⁶ Parece que desde o começo Francisco e Adalgisa se movimentavam visando transferir-se de escola e de região.

Em março de 1929 o casal, com a criança próximo a completar os três anos, possivelmente estava em Salvador. Comprova-o o recibo de filiação de Francisco à Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD).

Fato registrado é que nos primeiros dias de 1930 a família se mudou para o litoral extremo-sul da Bahia, lugar geomorfologicamente oposto à Chapada Diamantina: a cidade de Alcobaça.

Aí se fixou por dez anos. Foi onde o casal deu luz aos dois irmãos de Milton: Naílton, nascido a 9 de junho de 1934; e Yêda, a 30 de setembro de 1936. Detalhe: são registrados com sobrenomes diferentes do primogênito, que é Almeida dos Santos. Ambos são de Almeida Santos.

Naílton, também formado em Direito, da mesma forma sem nunca exercer esse ofício, faria uma brilhante carreira profissional, em muito equivalente à do irmão mais velho. Yêda, às vésperas de se formar em Medicina, no meio de uma aula de anatomia sofreu, de repente, um surto mental. Perdeu de vez a lucidez. Nunca mais voltou à realidade medida pela concretude do tempo e das coisas.

Por toda a vida a relação dos três foi de profundo afeto, sem registro, na correspondência deles, de qualquer rusga, desentendimento ou competição. Naílton morreu em Amsterdã, Holanda, a 13 de janeiro de 1998.

Yêda sobreviveria aos dois irmãos. Até o momento em que este texto era escrito, meados de 2015, vivia sob acompanhamento medicamentoso na casa que seus pais adquiriram em Salvador no começo dos anos 50. Esbelta e bem cuidada, ar tranquilo, olhar indizível, andar sereno de quem caminha nas nuvens e observa as fotografias dos seus em quadros nas paredes, como se desligada desse mundo: Morreu semanas antes de completar 79 anos.

*

Alcobaça, onde Milton Santos se alfabetizou, emula no topônimo a cidade portuguesa de onde vieram, no século 18, os primeiros colonizadores. Foi lugar de encontros entre indígenas bravios e bandeirantes, e depois vila de pescadores. Fora emancipada apenas há pouco mais de três décadas quando

16. A informação está registrada por Maria Ângela F. Leite em “Trajetória revista”, no livro *Encontros: Milton Santos* (2007).

a família Santos aí chegou. Em sua área urbana desemboca a foz do rio Itanhém, importante por ser a via de entrada para o sertão daquelas pairagens.

No começo do século 20 mandavam aí também os coronéis, que compunham uma aristocracia rural de base escravista. Descendentes e plenipotenciários dos imigrantes açorianos do século 19, que montaram clãs fechados, em atividades agropastoris e de comércio, deixando de herança casarios vários de rica arquitetura, como o edifício da igreja matriz em louvor a São Bernardo.

A forte influência dos padres franciscanos, emigrados da Holanda, e a presença da imigração libanesa completavam o *ethos* alcobacense, de matriz religiosa hegemonicamente católica. Aqui o horizonte era oceânico, dando aos moradores frutos do mar e dos manguezais. Já havia escolas quando Adalgisa e Francisco chegaram, nomeados pelo departamento de educação pública do Estado.

Dessa feita a viagem fora de navio, numa embarcação apelidada de “Baiano”. De porte médio para pequeno, uma vez por mês fazia o trajeto de ida-e-volta entre Salvador e Caravelas, lugar de chegada dos primeiros portugueses ao Brasil em 1500. Quatro dias durava a viagem a Alcobaça. A população do município pode ser estimada, quando o casal ali se instalou, entre vinte mil e vinte e três mil moradores, somando zonas urbana e rural.¹⁷

Os Santos ali chegaram nomeados pelo Estado, com a Prefeitura local se responsabilizando por achar uma casa para instalar o casal de professores e seu pequenino filho. Contudo, o aluguel era pago por estes.

Um recibo timbrado da Philarmônica Lyra Alcobacence, preenchido a lápis, informa que a 10 de setembro de 1930 o procurador Chilogônio Tavares recebeu

da professora Adalgisa Umbelina d’Almeida Santos a importância de cinquenta e dois mil réis correspondente a sua mensalidade dos meses de abril e maio, vencida em 30 de 5/930.

É quase certo que se trate de pagamento dos primeiros meses de aluguel do imóvel no qual o casal se instalou com o filho ainda por completar quatro anos. A casa, em adobe, coberta com telhas de cerâmica comum, estava situada à rua Senador Melgaço, número 156, na praça principal da cidade.

17. De acordo com números calculados por equipe do estudo “Diagnóstico socioeconômico da região cacauieira – história econômica e social”, vol. 8, pg. 92, Ceplac, 1975.

O atraso no pagamento do aluguel do imóvel que ocuparam nos três primeiros anos em Alcobaça foi uma constante com a qual os pais de Milton Santos tiveram de lidar. Recibo passado em nome do “Prof. Francisco Irineu dos Santos” comprova. Datado de 28 de junho de 1932, refere-se ao pagamento de quinhentos e dez mil réis, correspondentes ao aluguel do imóvel por 17 meses – de junho de 1930 a outubro de 1931. O locatário era João Garcia de Azevedo. Como se vê pela data do pagamento, ao quitar aquele débito o inquilino continuava a dever, em atrasados, oito meses de aluguel.

De toda forma era líquido e certo que o casal de professores honraria seus compromissos, vez que funcionários do governo. Este, sim, mau pagador, sempre impontual no pagamento de salários de seus servidores, particularmente naqueles tempos pioneiros de organização do funcionalismo público do setor da educação primária.

Ainda assim, mesmo atrasado, um dia saía. Portanto, servidor público tinha crédito e respeito na praça. É de ressaltar que a professora Adalgisa era prendada e por toda a vida, pelo que se sobressai de sua correspondência, buscou acrescentar ao soldo do casal rendas advindas de outros negócios por conta própria.

O marido e os filhos puderam contar com a sua energia de comerciante, instrutora particular de alunos, de corte e costura, e costureira para terceiros ela própria. Desde que se instalaram em Alcobaça foi assim.

Passado algum tempo a família, provavelmente em 1934, diante do nascimento de Naílton, se transferiu para uma outra casa. Está localizada próximo ao ancoradouro do rio Itanhém, no número 68 da rua Dr. Moreira Caldas, com quatro janelas de frente e quintal. A ex-aluna da professora Adalgisa, também desta afilhada “de consagração a Nossa Senhora”, Maria das Dores Nascimento Barros, com 84 anos em 2009, afirmou que os Santos compraram esse imóvel – mas não há como confirmar.

Ao chegarem ao município os pais de Milton encontraram em pleno funcionamento a escola primária, instalada em casa ampla, com quintal arborizado, próxima à praça da Igreja. Em 2009 o quintal tinha desaparecido, cedendo a novas residências. O imóvel, numa esquina, com porta e duas janelas na fachada e três nas laterais abertas para as duas ruas, sediava agora a Colônia de Pescadores Z-24 de Alcobaça.

Milton Santos, a partir dos quatro-cinco anos, era levado pelos pais a essa escola, na qual eles mesmo davam aulas às crianças regularmente

matriculadas da primeira à quinta série: Francisco pela manhã, Adalgisa pela tarde. Francisco ensinava exclusivamente aos meninos, Adalgisa às meninas. Somente numa ocasião, quando ela teve erisipela em uma das pernas e teve de se afastar por algumas semanas, ele assumiu os dois turnos, substituindo a mulher.

Ex-alunos e alunas, todos na casa dos oitenta anos de idade, lúcidos quando entrevistados em 2009, foram unânimes em asseverar: ambos “eram muito bons professores”. E pessoas respeitadas pela comunidade que, segundo voz-corrente, não se importava com a cor da pele de ninguém. Ainda mais se “bem educadas e católicas”.

De Adalgisa disseram ser “forte, vestia-se muito bem, só vivia arrumada, bem trajada”. De Francisco, que “era mais sério, mas uma pessoa muito boa”. Naquele tempo, nos dias de sabatina os professores punham os alunos em fila. Cada um tinha de responder às questões formuladas – muitas retiradas, segundo recordaram, do *Livro da Infância*, de Roberto Correia. “Quem não soubesse a resposta, era posto de castigo. Ou levava palmatória e beliscão dos professores. Era assim, normal”.

Maria Benigna da Rocha foi aluna da professora Adalgisa, mas não terminou o primário “porque ela foi embora da cidade”. Lembra que aprendeu a bordar nas aulas de bordado, que aconteciam às quintas-feiras. Maria das Dores declarou:

Tudo o que aprendi na vida e sei até hoje foi graças ao que me ensinou minha madrinha e professora. Um dia eu estava com Yêda, recém-nascida, no meu colo, sentada no passeio do lado de fora. Ela viu, trouxe uma cadeira e disse: “Sente-se na cadeira, porque é muito feio uma mocinha ficar sentada em calçada”. Por todo o resto da minha vida aprendi essa lição.

Para a nova casa o casal mandou vir de Salvador o piano, instalado na sala. A professora sentava-se, com a pequena plateia de vizinhos e alunos ao redor. Alguns, do lado de fora, observando pelas janelas. Então dedilhava o teclado e abria a voz, cantando uma música que a sua afilhada recordou e repetiu em 2009.

Um dia ela me disse: “Das Dores, vou te ensinar a tocar”. Mas quem aprendeu o piano muito bem foi Yêda, desde pequenininha.

Quanto a Milton Santos, recordam que quando criança tinha a língua presa, “falava meio embolado”, segundo um ex-aluno do professor Francisco, Nival Alves dos Santos. “O professor Francisco estava sempre corrigindo

ele, mandando falar direito”. Uma vez, conta Natival, um aluno estava a dizer para o colega a seguinte modinha:

Nêgo preto, cor de nuvem

Tem caatinga de xexéu,

Coisa que nunca vi

Foi alma de nêgo ir pro céu.

A estória chegou aos ouvidos do professor Francisco. O aluno foi advertido, posto de castigo e os seus pais chamados à escola para “corrigi-lo”. Maria das Dores relembra também ter sido “chamada a atenção” pelo professor numa ocasião em que brincava na praça com Naílton – desde pequenino mais “levado” que o irmão mais velho.

Criança de três anos, agitava-se num brinquedo sacudindo os braços, pernas e cabeça, de forma engraçada. E a coleguinha, mais velha, repetia em voz alta: “Está maluco, Naílton?! Está maluco?” Ao ouvir e ver aquilo, o professor Francisco passou-lhe uma reprimenda, aconselhando-a: “Jamais diga isso a ninguém. Nunca use palavras feias, de xingamento”.

Os professores já mantinham em casa uma empregada doméstica, chamada Rosa. Que foi desautorizada certa vez, pelo professor Francisco, a entreter seus filhos com uma canção de teor que o mesmo considerava vulgar. “Não quero que cante esse tipo de música dentro de nossa casa”, contou uma testemunha.

Dos ensinamentos austeros do pai Milton Santos reconhecera, mais tarde, ter aprendido “boas maneiras”. Ser “alinhado”, cordato, inclusive com as damas, manter sempre o porte altivo de quem nunca abaixa a cabeça – nem mesmo para comer um alimento:

Meu pai não aparecia para ninguém sem paletó, em casa. Ele tinha esse gestual. Então, isso tinha um papel.(...) É uma postura. Meu pai, por exemplo, me ensinou a nunca olhar para o chão. Sempre assim [ergue a cabeça], a cabeça assim. A cabeça não cai. O corpo não cai para comer. Quem abaixa a cabeça para comer são os porcos.¹⁸

Nas várias ocasiões em que lembrou desse tempo de criança em Alcobaça, afirmou que aos oito anos já tinha concluído o curso primário,

18. Entrevista a Azoilda Trindade e Kátia Santos, concedida em 23 de junho de 1998 e publicada na revista eletrônica *Z Cultural*, nº IX, ano 3.

dentro de casa, com os seus pais. Como exigia-se o mínimo de dez anos de idade para ingressar no nível seguinte da educação formal – unicamente oferecido em Salvador – ali permaneceu à espera.

Havia tempo para brincar, como qualquer criança, mas esse era limitado quase que unicamente ao espaço familiar. Coleguinhas da rua vinham à sua casa, com brinquedos, dividir as brincadeiras. Teve uma infância “muito protegida” pelos pais, até aos dez anos de idade – quando tiveram de se separar.

Plenamente alfabetizado no ambiente doméstico, tornou-se um estudante dedicado desde tenra idade. Aprendeu muito matemática – álgebra e geometria –, matéria na qual se considerava bom, e tudo aquilo que fazia parte da base pedagógica do currículo de então.

O francês, por exemplo. Que, ao lado do latim (da qual deriva), era a língua da moda. Melhor dizendo, do aristocrático ambiente intelectual daquele Brasil de mentalidade recalcada. Seus pais lhe ensinaram, como também aos seus irmãos, o francês. Isto desde sempre seria um diferencial por ele, Milton Santos, cultivado.

Era a etiqueta, por si mesma criação francesa, o que se difundia como modelo cultural a se adotar. Ou imitar. Um especialista em linguística bem o explicou numa declaração com a qual Milton Santos estaria de acordo:

(...) O francês foi a primeira língua do mundo [de influência global], numa época em que a França era o país mais povoado da Europa. É isso que explica, historicamente, a sua preponderância. A sua natural regressão perante o inglês [no decorrer do século 20], mesmo se continuar a desempenhar o papel de língua de cultura em certas partes do mundo, é inevitável, porque a França não é, nem pode ser, os Estados Unidos.¹⁹

Por sinal, tal dilema entre ser França ou ser os Estados Unidos perpassaria todo o constructo da personalidade futura do intelectual Milton Santos. Ser francófono foi a sua opção, mesmo que tenha transitado com relativa desenvoltura pelos dois mundos.

Nos anos 30 certamente seus pais o sabiam: falar francês abriria, em termos potenciais, as portas a um jovem negro de família de modestas posses materiais. Desde que soubesse também se comportar de acordo com as regras de etiqueta daquela ambiência – a baiana –, que tanto resistiu ao fim do escravismo.

19. André Martinet, em entrevista ao “L’Express” de Paris, 24 de março de 1969.

Kátia de Queirós Mattoso, aliás, vindo da Grécia na década de 1950, encontrou resquícios de forte mentalidade escravista, que subsistia sem sinais de arrefecimento, na sociedade baiana à qual foi incorporada sem dificuldades, branca que era.²⁰

Se adversa a realidade para os descendentes de africanos até há pouco sob o escravismo no Brasil, falar francês, por influente, era um capital político considerável. Isso muito valia para o restrito círculo acadêmico – mais para literário que qualquer outra coisa – ainda em formação no país, quando tardiamente aqui começaram a ser forjadas pelas elites de mando as primeiras universidades.

Quando criança em Alcobaça, ressaltava sempre o geógrafo em depoimentos futuros, seus pais o teriam educado com a meta de vir a fazer parte daquelas elites baianas. Ou a elas se impor.

Como visto nos exemplos do Centro Operário da Bahia e da SPD, há tempos escravos alforriados e descendentes diretos podiam galgar funções que os distinguiam da massa escravizada ou, no pós-abolição, dos miseráveis. Theodoro Sampaio, bem como os irmãos Antônio e André Rebouças estão de há muito na galeria daqueles afrobaianos que, anos depois, sob patrocínio da Unesco, um pesquisador rotularia de “elites de cor”.²¹

Milton Santos, mas depois também Naílton, receberam dos pais as lições basilares objetivando aquele firme propósito, como o mesmo fazia questão de ressaltar:

Hoje eu posso dizer “eu quero”, que nada mais vai acontecer. Eu fui educado para mandar. Quer dizer, eu fui educado para o mando. Então, na sociedade dos brancos eu não chocava. A educação para o mando também supõe recato. Você tem um mandão tipo Antônio Carlos Magalhães, mas também tem outras formas de liderança política fina. A educação para o mando é uma característica dessa minha geração, não se aplica só a mim.²²

Ex-alunos alcobacences lembraram da religiosidade profunda do casal de professores, principalmente de Adalgisa. Todos os dias, antes de iniciar e no fim das aulas, os estudantes, de pé, faziam uma oração, puxada pelos mestres. Adalgisa era fiel devota de Santa Therezinha, que venerava com paixão.

20. É o que essa historiadora, a primeira depois a assumir a cátedra de História do Brasil em Sorbonne, discute na introdução do seu alentado *Bahia, séc. XIX – uma província no império*.

21. Trata-se do ensaio *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*, publicado primeiramente em Paris (1953), sob encomenda desse órgão das Nações Unidas a Thales de Azevedo. Milton Santos foi uma das fontes entrevistadas pelo pesquisador, que as denominam de “informantes”.

22. Entrevista a Azoilda Trindade e Kátia Santos, id.

Acendia uma vela à Nossa Senhora, e se ia apagar, pedia licença à santa. Na festa popular do Divino Espírito Santo, a roupa de Juquinha, filho do chefe político local, era encomendada a ela.

Alcobaça era então uma praça de gente de várias cores e tonalidades, tendo como chefe religioso o padre Emiliano e como chefe político o “doutor” Juca de Almeida, farmacêutico renomado. Parteiro, salvou a vida de muita gente. Nos partos de seus dois outros filhos nascidos alcobacenses, a professora Adalgisa, no entanto, usou não os dele, mas os préstimos de uma parteira, dona Maria de Chicolô.

Embora os Santos se dessem “muito bem” com o chefe político municipal, surgiu um problema que, de acordo com a versão dos octagenários ex-alunos, motivou a decisão deles, em 1940, novamente trocar de cidade.

A situação teria sido criada a partir da interferência do então prefeito de Alcobaça, João Garcia, no resultado da escolha de uma aluna a ser premiada durante uma festividade, em desfile cívico-religioso, pelas ruas da cidade, aos auspícios da escola. Internamente a vencedora foi uma, mas a mulher do prefeito, conhecida por Dona Sinhá (nome de batismo Rosalva), exigiu que se desse o prêmio a outra aluna.

Segundo os ex-alunos, o prefeito “devia ser um analfabeto”:

Dona Sinhá era muito autoritária e mandona. De última hora, o prefeito, marido dela, concordou e premiou e desfilou ao lado de quem a esposa queria. A professora Adalgisa, que tinha organizado tudo, ficou sem graça. Sem apoio do prefeito, tomou a decisão. Não brigou com ninguém. Disse aos mais chegados: “Vou-me embora”.

Meses depois chegou o dia da partida. Alunos e alguns pais foram levar a família até à embarcação atracada no ancoradouro ali perto. A afilhada Maria das Dores Nascimento Barros conta, sessenta e nove anos depois, lembrar-se daquele momento:

Na despedida, ela me chamou de perto, me abraçou e disse: “Ande direito que você será feliz. Toda pessoa que anda direito vai ser feliz”.

Quatro anos antes, aos dez de idade, Milton Santos prestara exame de ingresso no Instituto Baiano de Ensino, localizado em Salvador.

Não há certeza se de Alcobaça à capital viajou na companhia exclusivamente dos pais e irmãos, ou se foi o tio Agenor – que visitava a família vez em quando – quem dessa vez o trouxe para os exames. Foi aprovado com a melhor classificação: em primeiro lugar, segundo conta-se.

O instituto funcionava como internato. Aí Milton Santos residiria pelos próximos anos, como aluno interno. Algum tempo depois, passou a também dar aulas – inicialmente de reforço a colegas que iam mal em matemática.

Seus irmãos acompanharam os pais por novo périplo em cidades do interior baiano. A Segunda Guerra Mundial – cujo fim redefiniria os polos de poder, a geografia e a cartografia do planeta – entrara já em ebulição, com reflexos também no Brasil.

Ele, senão em períodos de férias ou feriados, somente viera morar sob o mesmo teto da família, ainda assim por muito breve, em 1946. Quando, em definitivo, seus pais fixaram residência em Salvador.

IV

No covil das facções e dos saberes

O garoto de dez anos de idade, cuja avó, vendedora de verduras pelas ruas com os pés descalços, ia visitá-lo depois da venda, no colégio interno em Salvador, ainda não se dava conta das profundas transformações políticas e sociais porque passava o planeta. Transformações que afetavam o seu país e, por conseguinte, o seu Estado natal.

Milton Santos entraria na puberdade quando a agitação política tomava conta do Brasil, tensionando o confronto entre o conservadorismo e a modernização, o fascismo, o socialismo e a democracia. Em sua juventude, aquele estudante negro do curso secundário do Instituto Baiano de Ensino vivenciaria – inclusive como partícipe – todo o clima de rupturas com o passado.

Ele fora bem aceito no colégio, segundo declarou, por dois fatores. O diretor do ginásio, professor Hugo Baltazar, seria amigo de seu pai, com quem havia trabalhado anos antes. E era um aluno aplicado, mais interessado nos livros e nos exercícios escolares que em atividades outras. Mesmo as complementares, a exemplo das aulas de educação física, das quais conseguia desvencilhar-se o quanto possível.

Cresce no seio do debate acalorado das novas ideias liberais, como as que vieram questionar, no campo das ciências sociais, a inferioridade nata, biológica, de negros e mestiços, como fez Gilberto Freyre; bem como aquelas que explicavam, de forma compreensiva, a fome. Não como um fato social irremediável. Sim como fruto de escolhas políticas. Josué de Castro era a fonte principal dessas ideias.

Sobre essas influências, a respeito de Gilberto Freyre Milton Santos diria:

Conheci Gilberto Freyre quando ele era jovem de espírito e eu ainda jovem de espírito e de corpo. Eu começava meu trabalho de reconhecimento do território das sociedades baianas, de um lado continuando o que fizeram em Ilhéus, onde tive a ventura de privar com Luiz Prisco Viana, desde então meu amigo dileto. Isso foi numa fase em que o trabalho intelectual tinha muitos escolhos, mas os jovens não eram muito desamparados, porque havia no Brasil grandes mecenas e grandes homens que ajudavam objetivamente a que esse trabalho intelectual se fizesse. Tive a sorte de contar, nessa galeria, com pessoas como Anísio Teixeira, que sempre me encorajou, e Gilberto Freyre, que me fez dois grandes agrados. O primeiro foi o de apoiar financeiramente algumas das pesquisas que eu estava fazendo e que ia fazer. Não sei se a família de Gilberto Freyre sabe disso, porque desde 64 se deu um hiato, não por culpa minha, nas minhas relações com o Instituto Joaquim Nabuco. Felizmente, foram retomadas essas relações em 1999, para agora se encorporem, ainda mais graças à Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Pois bem, Gilberto Freyre me ofereceu seu apoio para que eu pudesse ter recursos e trabalhar sem dificuldades. Publicou parte do meu trabalho e sobretudo, ao dar uma aula inaugural na Universidade da Bahia, teve a generosidade de me incluir ao citar o nome de três baianos que faziam trabalhos sérios: junto com o de Tales de Azevedo, que era então um líder da atividade de ciências humanas na Bahia e no Brasil, e mais uma outra pessoa cujo nome não lembro. Mas aos 73 anos tenho também o direito de esquecer nomes.

Gilberto Freyre tinha para nós uma sedução toda especial. Basta dizer que ele era uma leitura obrigatória, não apenas para beber o que era científico na sua obra, mas sobretudo para imitar seu estilo. Nós nos surpreendíamos buscando imitar aquela prosa poética, aquele discurso ritmado, aquela música que procuro manter no que escrevo e nem sempre consigo, porque a academia é árida e dificilmente admite que a beleza possa ser companheira da mostra do resultado do trabalho. Isso para dizer como esse homem, Gilberto Freyre, junto com Josué de Castro, naturalmente, junto com José Lins do Rego, junto com Jorge Amado, teve uma formidável influência sobre nosso trabalho. É verdade que Gilberto Freyre era um daqueles antropólogos formados nos Estados Unidos, aluno de Franz Boas que ele foi, um estudioso da escola

de antropologia cultural, que era uma área muito próxima da geografia humana que estudei antes de ir para a França, que continuei estudando e depois estudei ainda mais para criticar meus mestres. O que, aliás, é dever de todo bom aluno. Gilberto Freyre, por conseguinte, até hoje marca minha trajetória. Ele tem um lugar muito preciso e alto no meu coração, mas também na minha inteligência. E estou contente de que ele me tenha dado, por intermédio deste conselho, esta oportunidade de homenageá-lo, entregando-lhe a homenagem que me é feita.

O contato com a obra de Josué de Castro, também dado por intermédio de seus professores do ensino secundário e do ensino médio, pode lhe ter aberto o interesse para a geografia humana – matéria a que o médico pernambucano, que se especializou em nutrição, se dedicava, como pioneiro, desde o começo de sua carreira acadêmica no começo da década de 30.

A clarividência de Josué de Castro, que dedicou toda a vida a compreender e oferecer soluções para debelar o problema da fome não somente no Brasil mas no mundo, presidente do Conselho Executivo que mais tarde foi, de 1952 a 1956, da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), é um traço característico que Milton Santos dele destacou. Trata-se, sua clarividência, diz Milton em entrevista ao cineasta Silvio Tendler para o documentário que este fez sobre Josué de Castro em 1995, “de uma virtude que se adquire pela intuição, mas, sobretudo, pelo estudo. Tentar ver a partir do presente o que se projeta no futuro”.

[Em um] país que pouco conhecia da fome do outro, creio que o Josué teve dois papéis importantes. Primeiro mostrar a generalidade do fenômeno da fome e ao mesmo tempo como ela se dava em diferentes áreas (...). Como mostrou também a diferença entre o problema da falta de comida nos séculos anteriores e o problema da fome no século presente (...).

Mas naqueles idos de 1937, o menino interno no Instituto Baiano não poderia ter ainda adquirido as dimensões dos fatos que, nesse mesmo ano, alterariam as relações de poder no país e na Bahia. A 10 de novembro Getúlio Vargas, feito líder da chamada Revolução de 1930, o movimento das novas classes burguesas em ascensão que golpeou a República Velha, implanta no país o Estado Novo, uma ditadura unitária e personalista que vigoraria pelos seguintes oito anos – até o fim da Segunda Guerra em 1945.

Desde a vitória da Revolução de 30, suspensa a normalidade institucional, fora colocado à testa do comando do governo baiano, a partir do ano seguinte, um interventor militar vindo do Ceará, o tenente do Exército Juracy Magalhães.

Em abril de 1935 fora confirmado no cargo por votação da Assembléia Legislativa estadual. Contudo, ainda que fiel a Getúlio, discordou da ação autocrática do novo ditador e no dia 11 de novembro entregou o cargo.

Com um dos filhos do interventor, Juracy Magalhães Júnior, que viria cometer suicídio em abril de 1963, Milton Santos manteve relação de proximidade política – ainda que o interventor tenha sido um dos adversários ferrenhos do proprietário do jornal *A Tarde*, Ernesto Simões Filho, espécie de “padrinho político” de Milton, por este mesmo reconhecido como tal.

Articulador, Simões Filho enquanto viveu participou de campanhas eleitorais, colocando seu jornal a serviço dessa ou daquela corrente partidária. Embora vítima de Getúlio Vargas do primeiro período pós-revolução de ‘30, foi por este nomeado Ministro da Educação e Saúde em 1951, quando Getúlio retomou pelo voto a Presidência da República.

Nas páginas de seu jornal, fundado em 1912, Simões Filho combateu a Revolução de 1930 e a intervenção federal na Bahia – entregue a um jovem tenente cearense de 26 anos, o que feria os brios das elites locais. Por conta de sua ferrenha oposição teve, como outros, de exilar-se na Europa – em seu caso, na França, por dois períodos. Até mesmo pelo apoio dado ao fracassado levante armado constitucionalista de 1932, protagonizado por elites do Estado de São Paulo com o fito de derrubar o governo getulista.

Simões Filho, a quem Milton Santos sempre referir-se-ia com reverência anos mais tarde, depois de regressar do segundo exílio de mais de um ano em dezembro de 1933, colocou *A Tarde* na linha de frente contra Juracy Magalhães. Este, por sua vez, em maio de 1934, decretou a suspensão da circulação do jornal por trinta dias, ameaçando ampliar a decisão por tempo indeterminado.

Em janeiro de 1935 Simões Filhos foi severamente espancado por um grupo de indivíduos a favor do interventor nas proximidades da sede do seu jornal. Implantado o Estado Novo, viu a multidão que apoiava o ditador invadir a sede e tentar empastelar o seu jornal.

Por ora, Getúlio Vargas, que flertava com a opção nazifascista, justificou a ditadura alegando uma suposta “ameaça comunista” que pretensamente tentara dar um golpe com um mirabolante plano que o governo havia desmascarado. Iniciou-se uma perseguição ferrenha aos adversários, muitos aprisionados.